

**ATA**

**N.º 05/2019**

**SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em  
27 de junho de 2019**

*Ag. A. J.*

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,  
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2019:**

---Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,  
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,  
Tito Alfredo Evangelista e Sá,  
Luciana Brochado Azevedo,  
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,  
Manuel Miranda Losa,  
Fernando Manuel da Silva Carvalho,  
Anabela Solinho Martins,  
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,  
Maria Goreti Cardoso Lima,  
Ernestino Alves Magalhães, em substituição de Carlos Jorge Vicente Capitão,  
Manuel José Cepa Pires Carneiro,  
Baltasar Almeida Costa,  
José Manuel Cruz Silva,  
José Maria Losá Esteves,  
Elisabete Ferreira Martins Santos,  
Manuel Francisco Vasco Gaifem, em substituição de Tânia Sofia Lima Mota,  
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,  
Manuel José Sampaio Viana,  
Manuel António Lima Torres Ribeiro,  
Eduardo Oliveira Maia,  
Mário Pires de Boaventura,  
Luís António Sequeira Peixoto,  
Manuel Eiras Martins de Abreu,  
Aurélio Mariz Neiva,  
Carlos Veiga Escrivães e  
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 25 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,  
António Sérgio Moreira Mano,  
Rui Manuel Martins Pereira,  
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz e  
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

Verificando-se a ausência do Vereador Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, por se encontrar em período de gozo de férias.-----

### **01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

Neste período o Presidente da Assembleia Municipal começou por cumprimentar o senhor secretário executivo da Comunidade Intermunicipal do Cávado, Eng.º Luís Macedo, convocado para estar presente na Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sequência de articulação com os senhores líderes dos partidos políticos representados na Assembleia, para fazer uma pequena apresentação e para responder a algum pedido de esclarecimento suscitado pelos senhores deputados municipais.

O Presidente da Mesa agradeceu em nome da Assembleia e da Câmara Municipal a presença do Eng.º Luís Macedo, tendo desejado que continuasse o bom trabalho que estava a realizar na CIM Cávado, passando desta forma a palavra ao secretário executivo da Comunidade Intermunicipal do Cávado, que fez uma breve apresentação de todo o trabalho que é desenvolvido pela referida CIM.

Terminada a apresentação, pelo Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi colocada a seguinte questão: *“A Ecovia do Cávado, já todos sabemos que será uma infraestrutura valiosa para a mobilidade, para os concelhos por onde ela vai passar. Tem ideia percentualmente de quanto é que está executado no total da Ecovia do Cávado?”*-----

Pelo Eng.º Luís Macedo foi dado o seguinte esclarecimento: *“Digamos que, o troço que está com execução mais avançada é Esposende sem dívida, que poderia estar completamente executado, por aquilo que sei, se não houvesse um problema de propriedade. De resto, eu diria que dos cinquenta e cinco quilómetros, estarão vinte quilómetros em construção.”*-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que esta convocatória que está prevista na Lei, foi feita a requerimento do PCP, tendo sido deliberado pela Assembleia e que, tinha conhecimento que era a primeira vez que a Comunidade Intermunicipal visitava e fazia este tipo de apresentação numa Assembleia Municipal, da Comunidade Intermunicipal, dizendo até que de todas as Comunidades Intermunicipais não sendo prática, esperando que de futuro, já que as Assembleias não os convocam, que apresentem a sua disponibilidade para participar. Acrescentou ainda que é por isso que é importante este trabalho na Assembleia, de se fazer cumprir a Lei.

Despediu-se em seguida do Eng.º Luís Macedo, dizendo que estava dispensado, no entanto poderia continuar a assistir à sessão da Assembleia Municipal, caso assim o entendesse.

O Eng.º Luís Macedo agradeceu o convite e despediu-se por ter outros compromissos assumidos, dizendo que estaria sempre disponível, ele e outros colaboradores da Comunidade Intermunicipal, para prestar as informações que entendessem, despedindo-se assim de todos os presentes e desejando boa noite e bom trabalho a todos.

#### **01.01 - APROVAÇÃO DE ATAS:**

##### **01.01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2019 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.**

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia oito de abril de 2019 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2019.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Manuel José Cepa Pires Carneiro, Luciana Brochado Azevedo, Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino, Mário Ferreira Fernandes, Ernestino Alves Magalhães e Manuel Francisco Vasco Gaifem, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 08 de abril de 2019.-----

##### **01.01.02 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2019 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.**

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e cinco de abril de 2019 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2019.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Manuel José Cepa Pires Carneiro, José Maria Losa Esteves, Manuel Fernando Lima Meira Torres, Ernestino Alves Magalhães e Manuel Francisco Vasco Gaifem, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 25 de abril de 2019.-----

#### **01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.**

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal, acrescentando uma informação, dizendo que no dia 19 de junho tomou posse como membro do Conselho Municipal de Segurança, que já houve a primeira reunião no dia 26 no

*D. A. J.*

âmbito da Lei 33/98, de 18 de julho, que foi entretanto alterada pelo Decreto-Lei 32/2019, de 04 de março, há um novo modelo de constituição dos Conselhos Municipais de Segurança fazendo agora também parte desse Conselho Municipal o Presidente da Assembleia, todos os senhores Presidentes de Junta, vários outros representantes de Instituições políticas, sociais, educativas do concelho, mas, desapareceu a figura que existia antes de haver mais pessoas indicadas pela Assembleia Municipal, agora nos termos da Lei, só o Presidente da Assembleia Municipal é que faz parte deste Conselho Municipal de Segurança e depois existe uma Comissão Alargada, da qual fazem parte todos e outra Comissão Restrita. Mais acrescentou que houve já uma reunião no dia 26, na qual foi aprovado o Regulamento de funcionamento, que terá que entretanto ir à Assembleia Municipal para ser aprovado.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.** \_\_\_\_\_

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteadó Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, começando por apresentar um voto de pesar, subscrito por todos os Grupos Políticos e que se transcreve:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA ESCRITORA AGUSTINA BESSA-LUÍS.**

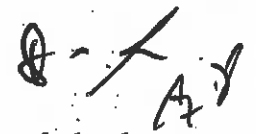
*“Tendo falecido a 3 de Junho de 2019 a Sra. D. Maria Agustina Ferreira Teixeira Bessa, que usou como nome literário Agustina Bessa-Luís, um dos grandes nome da literatura portuguesa e universal;*

*Estando Agustina muito ligada a Esposende – “um local confidencial e poético” nas suas palavras, onde residiu entre 1961 e 1963, em alguns textos retratada como a “Ermita de Esposende”, aqui escreveu páginas de memórias de excelente recorte literário nomeadamente o romance “Os Quatro Rios”, da trilogia “As Relações Humanas”. Algumas das suas memórias foram publicadas em 1974 na monografia do 4.º Centenário da elevação de Esposende a Vila e, mais tarde, no 2.º Volume da “Alegria do Mundo”. São dela os lindíssimos excertos inseridos em “Esposende: Lugares de tempo e Memória” editados pela Câmara Municipal em 2014. Connosco partilhou as suas memórias de Esposende em 2000. Foi aqui, em Esposende, que tivemos a honra de assistir ao lançamento da sua Biografia em Março último.*

*Porque lamentamos a perda de tão nobre escritora, esta Assembleia Municipal, na sua reunião de hoje, 27 de Junho de 2019, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que da mesma deliberação seja dado conhecimento à digníssima Família.”*-----

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*



*Como representante desta Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Cávado – Barcelos/Esposende gostaria de informar que já foram realizadas 2 reuniões – a 27 de Fevereiro e a 27 de Março. A primeira reunião foi para apresentação de todos os elementos que constituem o Conselho da Comunidade. Nessa reunião a equipa do Observatório Local de Saúde, liderada pela Dra. Maria da Paz, fez um balanço do mandato anterior tendo sido apresentadas algumas directivas para a elaboração de um novo Plano Local de Saúde, documento de grande importância enquanto documento estratégico, pedindo aos parceiros achegados para a elaboração do mesmo.*

*Para a segunda reunião, a 27 de Março, foram preparados os documentos das Necessidades e Recursos de Saúde para o nosso concelho, e desde já agradeço à Senhora Vice-Presidente Eng.ª Alexandra Roeger todo o empenho nesta matéria.*

*Gostaria de informar que os documentos – Orientações para o Plano Local de Saúde, Levantamento das Necessidades e Recursos de Saúde e as Actas dessas Reuniões vão ser entregues ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que permitirá, creio eu, a sua consulta por parte dos Senhores Deputados Municipais.*

*Continuando na área da Saúde foi com enorme satisfação que assistimos à apresentação da Unidade de Saúde Familiar Farol de Esposende que passa a ter dois polos um localizado nas instalações do atual Centro de Saúde de Esposende e o outro em Belinho. Aproveitamos para cumprimentar o seu Director Dr. Francisco Xavier.*

*Também o Município de Esposende, integrado no Plano Municipal de Promoção da Saúde e por forma a assinalar o mês dedicado à promoção da saúde levou a efeito, uma série de acções altamente meritórias, quer na formação quer na informação. Referimo-nos à sessão pública “Água e Saúde em contexto de Alterações Climáticas” e à acção formativa que capacitou os alunos para agir conscientemente no “Suporte Básico de Vida”, uma forma muito interessante de contribuir para a Literacia em Saúde, tema que foi abordado num seminário com o mesmo título aqui realizado em colaboração com o Centro Interdisciplinar em Ciências da Saúde (CICS) do ISAVE – Instituto Superior de Saúde.*

*Senhor Presidente*

*Senhoras e Senhores Vereadores*

*Senhoras e Senhores Deputados*

*Já que abordamos o estado da saúde concelhia, não será, de todo, despiciente que falemos, também, das políticas nacionais de saúde.*

*Temos acompanhado com alguma preocupação o que se passa na saúde em Portugal nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde, aliás um programa com história e consensual para todos os portugueses.*

*A eliminação das Taxas Moderadoras, proposta pelo governo mais à esquerda, do ponto de vista da geografia política, desde 1976, só favorece os ricos e só prejudica os pobres. Quando mais subfinanciado estiver o SNS, piores cuidados recebem aqueles cujo único recurso é, precisamente esse.*

*É verdade que o PS recuou e já fala em fasear essa isenção ao logo da próxima legislatura. O problema é que está refém dos bloquistas pese embora o Dr. Carlos César tenha afirmado que,*

*J. A. A. J.*

*e estou a citar, "O Bloco de Esquerda não manda na Assembleia da República, nem manda no país". Ontem mesmo o Sr. Primeiro-Ministro garantiu que, de facto, e cito "as muletas à esquerda só serviram quando o caminho era feito de pedras". Sem dúvida, o PS no seu melhor estilo. Será que antes não saberiam que o Bloco era e é o partido mais elitista, defensor da intelectualidade bem pensante, urbana e muitas vezes, profundamente hipócrita... e dizendo-se sempre a pensar no povo! Não adivinhariam que o Bloco de Esquerda se iria colocar, quase sempre, em bicos de pés provocando, quase sempre, um descarrilar da geringonça?*

*As Taxas moderadoras não é uma contribuição meramente simbólica como se ouve dizer com frequência. São perto de 200 milhões de euros – só em 2018 – que, certamente, bem aplicados na área da saúde, dariam algum conforto. Não concordamos, de forma alguma, quando a Sra. Ministra afirma que, de facto, estas taxas não são uma fonte de financiamento mas sim um elemento de moderação da procura. Claro que o Sr. Ministro das Finanças vem agora dizer, com semblante seráfico, que acabar com as Taxas moderadoras vem mexer com as próprias contas públicas. Senhores do PS e do Governo entendam-se e expliquem à população, muito bem, estas medidas. As contradições são muitas e estão à vista.*

*Não adianta o Sr. Presidente do PS criticar severamente o Bloco nesta matéria, esquecendo-se, naturalmente, da incoerência do seu próprio partido que recuou de forma muito estranha na questão das isenções.*

*Curioso, também, é ouvir o PS dizer categoricamente que nesta legislatura aumentou em mais de 800 milhões de euros a área da saúde em relação a orçamentos anteriores. O que se esquece é de dizer aos portugueses que essa verba – mais de 600 milhões – são gastas em horas extraordinárias de serviço, devidas à redução, abrupta, das 40 para as 35 horas. Uma verba que não é propriamente um investimento na melhoria da saúde.*

*Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados*

*Sr. Presidente  
Na Terça-feira passada fui contactado pela direcção da Associação Rio Neiva para agendamento de uma reunião. Pedi informações sobre os assuntos a tratar e registei que haverá alguma urgência em resolver a questão da Sede desta Associação por forma a dar execução ao seu programa desportivo e de educação ambiental. Tanto quanto nos apercebemos o diálogo com a Câmara não decorre da melhor forma.  
Pergunto ao Sr. Presidente se nos pode esclarecer sobre esta matéria."-----*

*Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Cepa Carneiro, do PCP, apresentando a recomendação que se transcreve:*

*"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende e restantes elementos da vereação  
Exmos. Senhores deputados Municipais  
Minhas senhoras e meus senhores*

Apresento a seguinte Recomendação:

**1 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA A AGILIZAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RIO NEIVA COMO INSTITUIÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DE FORMA A EVITAR O ESTRANGULAMENTO DO SEU FUNCIONAMENTO.**

*"Fomos ontem confrontados com a situação de impasse da Associação Rio Neiva. Esta Associação fundada no ano 1989, tem vindo a desenvolver uma ação de qualidade sobretudo junto da população mais nova, em áreas como educação ambiental participada e canoagem. Durante estes 30 anos de funcionamento, apesar de viver fortes constrangimentos, como o resultante do incêndio que ocorreu há cerca de seis anos, a Associação tem crescido e visto o seu trabalho ser reconhecido. Atualmente a Associação Rio Neiva está inscrita na Rede Nacional de Associativismo, é reconhecida como Organização não Governamental de Ambiente e tem o título de Instituição de Utilidade Pública.*

*Após o incêndio em 2013, a Associação apresentou um Projeto de construção de novas instalações. Este Projeto, após reformulação, teve a apreciação positiva da Câmara. Em janeiro de 2017, a Associação Rio Neiva, solicita à Câmara Municipal ser certificada como Instituição de Interesse Municipal, documento necessário à apresentação do Projeto para financiamento. Ora, desde janeiro de 2017 que a Associação aguarda por tal documento e confronta-se, por isso, com um bloqueio a qualquer avanço na concretização do seu Projeto. Assim, a Assembleia Municipal, reunida a 27 de junho de 2019, recomenda à Câmara Municipal de Esposende a agilização da certificação da Associação Rio Neiva como Instituição de Interesse Municipal de forma a evitar o estrangulamento do seu funcionamento."*

De seguida apresento as seguintes questões:

*"Nas eleições para o Parlamento Europeu, realizadas no passado dia 26 de maio, verificaram-se anomalias no funcionamento das secções de voto de Belinho e Fão. Com as alterações introduzidas atinentes aos cadernos eleitorais, as pessoas idosas e com mobilidade condicionada manifestaram limitações em aceder ao 1.º andar dos edifícios em causa. Não se entende porque se forçou, teimosamente, o funcionamento das secções de voto no edifício das respetivas juntas de freguesia. De resto, a atitude do Presidente da Junta de Belinho, quando confrontado com o caos gerado nestas últimas eleições, ao decidir, em pleno ato eleitoral, sem poderes legais para o efeito, transferir a secção de voto do 1.º andar para a secretaria da Junta, violou, de forma grosseira, a lei, gerando uma confusão ainda maior ao colocar num espaço exíguo duas secções de voto.*

*É dever de todos nós facilitar o mais possível o exercício do direito de voto.*

*Partindo deste pressuposto, questiono o Sr. Presidente da Câmara se teve conhecimento de alguma destas situações e, em caso afirmativo, se pondera, juntamente com as respetivas Juntas de Freguesia, tomar alguma disposição para eliminar quaisquer obstáculos ao livre exercício do direito de voto?*

*O Senhor Presidente da Câmara prometeu a remodelação/reabilitação da atual biblioteca pública municipal. Já o fez há mais de um ano. O tempo passou e nada foi feito. Hoje, temos*



*D. G. J.*

*um edifício degradado, um edifício que não responde aos desafios dos tempos que correm. Exige-se um edifício de raiz, com espaços amplos, salas de leitura atrativas, espaços diversos, zona de cafetaria, etc.*

*Assim, questiono o Senhor Presidente da Câmara que diligências estão a ser tomadas pela CM no sentido da remodelação/reabilitação da Biblioteca Municipal de Esposende?*

*No dia 2 do corrente mês, durante as comemorações do dia do Pescador, o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciou que a autarquia viu aprovado, no âmbito do programa POSEUR, uma candidatura que visa a elaboração de um projeto para a Barra de Esposende. Disse ainda que neste projeto para além dos técnicos serão envolvidos os pescadores e a sua associação.*

*Perguntamos quais os detalhes deste Projeto? Qual a responsabilidade da Câmara Municipal neste Projeto? Para quando a sua implementação?  
Tenho dito.”*

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Muito boa noite,  
Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados,  
Público presente,*

*Eu gostaria de começar por elogiar uma iniciativa da Câmara que foi o “Fórum da Educação”, particularmente a brilhante intervenção do Prof. Dr. Sampaio da Nóvoa. Pena é, que o tenham posto a falar a uma hora tão tardia e que as iniciativas sejam feitas durante a semana, o que impede muitas pessoas de aceder, nomeadamente alunos e pessoas que trabalham no dia seguinte mas, de qualquer forma foi uma iniciativa de mérito e deve ser realçada.*

*Não sei se se recordam, na sessão de junho do ano passado, eu fiz aqui alusão a uns contratos feitos pela Câmara Municipal com uma empresa chamada Geo Future, uma empresa que na altura em que fez contratos com a Câmara era dirigida por um filho do ex-Presidente da Câmara de Barcelos, Fernando Reis, empresa essa envolvida na operação Tutti-Frutti, uma famosa operação policial e judicial que está em curso, e requeri uma cópia do processo de contratação dessa empresa e ao fim de dez meses, depois de reclamar aqui na última Assembleia Municipal, finalmente recebi a cópia da documentação.*

*Em primeiro lugar deve-se dizer que é um contrato por ajuste direto, os ajustes diretos são feitos por razões muito específicas, previstas na Lei e só podem ter, como é um caso de prestação de serviços, um valor máximo de setenta e cinco mil euros mais iva, ora este caso, tem arditosamente o valor de setenta e quatro mil e quatrocentos euros, que era para fugir ao limite máximo de valor dos ajustes diretos e era, para fazer entre outras coisas, no prazo de doze meses, por aquele valor mais iva, a essa empresa Geo Future, liderada à época pelo filho do Presidente da Câmara de Barcelos, que está envolvido na operação Tutti-Frutti e com sede no campo de futebol de Barcelos, é a sede social da empresa, para fazer o seguinte e vou*

*Az D*

passar a ler:

- "Coordenação dos trabalhos de sinalização e acompanhamento das entidades e tarefas para a criação de um Centro de Negócios para o desenvolvimento local do Concelho", se existe, não vi nem conheço;
- "Apoio à criação e Implementação do Gabinete do Investidor de Esposende", se existe, não vi nem conheço;
- "Coordenação dos trabalhos de sinalização e acompanhamento das entidades e tarefas para criação de um Centro de Incubação de Base Tecnológica Nacional e Internacional de empresas", se existe não vi nem conheço;
- "Coordenação dos trabalhos de sinalização e acompanhamento das entidades e tarefas para criação de um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia do Mar, a sedear na Estação Radionaval de Apúlia, em parceria com a Universidade do Minho", se existe, não vi nem conheço;
- "Implementação de modelo e criação de condições de acolhimento para o exercício destas atividades e sua adequada promoção e integração nacionais e internacionais", se existe, não vi nem conheço;
- "Acompanhamento das melhores soluções a adotar nos projetos indicados para acompanhamento, designadamente a criação do Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia Marinha a criar pela Universidade do Minho, já protocolado";
- "Instalação, no Forte S. João Batista ou noutro local designado para o efeito, de um Centro de Divulgação Científica, focado nas atividades marinhas";
- "Passibilidade de uma melhor integração nas atividades centrais previstas, para apostar na região, sem prejuízo de outras tarefas e objetivos concretos que o Município entenda necessárias".

Isto foi assinado em dezembro de 2017; há dois anos e meio, tinha um ano de execução e eu não conheço uma única atividade feita no âmbito deste contrato.

É verdade que diz lá que, de acordo com as partes, o prazo pode ser prorrogado, é verdade, mas para isso não era necessária a urgência de adjudicar por ajuste direto esta empresa. Havia um concurso, como é regra geral da contratação pública, os ajustes diretos são para situações excecionais, não é para fugir, contornar a Lei e muito menos para dar os contratos a quem nós queremos e aos amigos, ou aos conhecidos, ou aqueles que nós achamos que são melhores. Não é para isso, há regras gerais de contratação.

Mas não pedi só isso, pedi na última reunião, até porque fui desafiado a isso pelo Sr. Presidente da Câmara, a propósito das teias de relações familiares, eu pedi a listagem dos funcionários da Câmara, da Esposende Ambiente, da Esposende 2000, dos contratados, dos prestadores de serviços, dos avençados, pessoas relacionadas, como apenas me foi entregue o último dos elementos já durante a madrugada passada, ao fim de dois meses e meio, não pude fazer ainda a análise da teia familiar, mas vou fazê-lo na próxima reunião.

Mas, já vi o suficiente para contar que há mais de quatrocentos funcionários contratados, avençados, prestadores de serviços, que juntamente com o pessoal dirigente que ainda não fiz a contabilidade geral, não deve andar longe das quatrocentas e cinquenta pessoas. É uma coisa absurda num concelho como Esposende, ainda por cima quando é preciso qualquer coisa, vai-se contratar fora, seja por ajustes diretos, seja por outro tipo de concursos, como é possível ter um quadro de pessoal, ter tanta gente a trabalhar para a Câmara e andar constantemente a pedir e a contratar fora da Câmara, quando há pessoal para executar os serviços dentro da Câmara.



*Isso é inadmissível, é gestão de dinheiro público e dinheiro dos nossos impostos, porque a Câmara de Esposende, o dinheiro não é da Câmara nem do Presidente da Câmara, o dinheiro é de todos nós que pagamos impostos. O IMI, o Imposto de Circulação, o IMT, as taxas, os impostos municipais, são pagos por nós, os próprios 5% do IRS que a Câmara não prescindiu, porque dizia que não prescindia dele, porque necessitava muito dele, 5% do que pagamos de IRS vai para a Câmara de Esposende e portanto esse dinheiro é dinheiro pago por nós e é dinheiro mal administrado e mal gerido por esta maioria que como sabem na minha opinião é incompetente.*

*Gostava de falar em questões concretas:*

- 1 – Acesso de deficientes às praias, os deficientes têm dificuldades de acesso às praias;*
- 2 – Degradação dos passadiços existentes há passadiços que estão desfeitos, mesmo na Avenida Marginal aqui em Esposende, mas não só, há passadiços que estão mal tratados, que são perigosos e podem provocar inclusivamente acidentes a quem lá passa;*
- 3 – Associação Rio Neiva está há dois anos à espera que o senhor Presidente da Câmara resolva um problema que é um problema que devia ser o próprio Presidente da Câmara a ter a iniciativa de os resolver. O problema é que o senhor Presidente da Câmara passa tanto tempo em iniciativas sociais, pelo que vejo nas apresentações que são constantemente transmitidas nos órgãos de comunicação social e pela própria propaganda municipal que nos está sempre a encharcar a caixa do correio eletrónico, com iniciativas em que aparece fotografias do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Câmara não tem tempo para receber as pessoas, não tem tempo para resolver os problemas e os problemas arrastam-se por falta de vontade do senhor Presidente da Câmara de o fazer.*

*O senhor Presidente da Câmara que devia ser o principal motor do desenvolvimento deste concelho; está-se a transformar numa força de bloqueio impeditiva de desenvolvimento, em vez de resolver é um empecilho, é uma força de bloqueio, é uma força de tração ao desenvolvimento e isso senhor Presidente, é uma coisa que me custa. Como o senhor se recordará, em dezembro de 2017, que eu propus aqui entre outras coisas, como por exemplo, o Partido Comunista falou agora da Biblioteca Municipal, já falei eu em dezembro de 2017, não só da necessidade de obras como do alargamento de horário de funcionamento e pela renovação do fundo. Em dezembro de 2017 eu propus que a Câmara tivesse uma atitude ativa em termos culturais e fizesse uma homenagem em vida à escritora Agustina Bessa Luis, enquanto ela era viva e a Câmara de Esposende ignorou, porque a Câmara de Esposende tudo o que venha da oposição ignora, por preconceito ideológico e por preconceito político e portanto, isso é mau, porque os membros da oposição são tão municipais como os membros da maioria e pagam tantos ou mais impostos que os membros da maioria e portanto, todos os contributos devem ser utilizados para o desenvolvimento do concelho. Não devemos ter uma miopia e vermos as coisas só com óculos laranja, não, aqui os óculos têm que ser de todas as cores e têm que admitir os contributos de todos, não é só dos óculos laranja.*

*Quanto ao Dr. Neiva, falou aqui numa reunião sobre a saúde que houve e temos a dar contas, entretanto já houve uma Assembleia Municipal que foi posterior a essas reuniões, no início de abril, dia 8 de abril e portanto, eu ia pedir um favor ao senhor Dr. Neiva, quando tiver que participar nessas reuniões, depois na reunião seguinte informe-nos para não haver um hiato temporal tão grande.*

*Quanto à questão do Serviço Nacional de Saúde, óh senhor Dr. Neiva, o Serviço Nacional de Saúde foi criado pelo Partido Socialista, então o senhor Dr. Neiva vem agora, com a sua preocupação com o Partido Socialista, eu estava ali e disse para a minha camarada que*

*estava ao lado: vamos convidá-lo para vir para o PS, ele está tão preocupado connosco, venha, venham todos, vocês estão a ficar sem partido, já que não têm partido venham para o PS, porque realmente a vossa preocupação com o Partido Socialista é com pungente eu até fiquei sensibilizado com tanta preocupação com o Partido Socialista. Ora o PSD que anda em Cavacos, anda todo partido em pedaços mesmo, andam todos às cabeçadas, desculpem-me a expressão, que é um verdadeiro rio seco, que aquilo não há água que corra naquele rio e ainda não chegamos ao estio do verão e o senhor Dr, vem para aqui preocupado com o PS, óh senhor Dr o PSD tem motivos suficientes para se preocupar com ele e toda a sua energia e capacidade política deve ser orientada para auxiliar o seu partido que bem precisa. Se está preocupado com o resultado eleitoral do PS e com o PS, eu agradeço desde já, vote PS nas próximas eleições e espero que vote porque a cabine de voto é secreta e o voto também e o senhor Dr pode perfeitamente votar no PS, até para nós podermos continuar a ter um Governo que dê continuidade às boas políticas que têm seguido, mas senhor Dr, não se preocupe com o Partido Socialista, nem bata no Bloco de Esquerda. O senhor Dr, que é um homem Cristão, que é Católico, fica mal, tenha caridade Cristã porque eles não estão aqui para se defender, eles nem podem dizer nada. O Bloco de Esquerda em Esposende não existe e é bom que não exista, pelo menos para já e por isso o senhor Dr não chame pelos fantasmas que eles podem aparecer, deixe estar como está, deixe lá o Bloco de Esquerda, deixe lá as manas Mortágua, deixe lá o PS e o Bloco de Esquerda. De qualquer forma há uma coisa que lhe devo dizer, nós somos um partido democrático, aberto e plural, e se o senhor Dr. Neiva está tão preocupado com o PS e quiser com a sua energia, capacidade e conhecimento, ajudar o Partido Socialista na próxima campanha, eu desde já lhe digo que está convidado a ajudar-nos e todos os esforços são poucos, nomeadamente em Vila Chã que é uma freguesia que precisa bem do apoio do senhor Dr. para virar para o PS e portanto, desde já está convidado para participar na campanha do PS.*

*Muito obrigado senhor Presidente.*" -----

De seguida interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Luis Peixoto, apresentando a recomendação que se transcreve:

*Muito boa noite Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a mesa e os deputados, Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa cumprimento todo o executivo, Público em geral, bem-vindos a esta sessão*

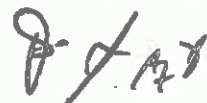
*Começo por apresentar a seguinte recomendação:*

**2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PELA TRANSFERÊNCIA PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESPOSENDE DE 50% DO VALOR DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO NA RELAÇÃO DO VALOR GERADO EM CADA FREGUESIA.**

*"1. Considerando que está em aplicação pelo Município de Esposende a cobrança da Taxa de Ocupação de Subsolo (TOS).*

*2. Considerando que a TOS é paga mensalmente pelos consumidores de gás canalizado ao fornecedor do serviço.*

*3. Considerando que o fornecedor do serviço de gás canalizado entrega na íntegra o valor*



*cobrado aos consumidores, relativo à TOS, ao Município de Esposende.*

*4. Considerando que os cidadãos de todas as freguesias do concelho de Esposende convivem diariamente com intervenções no subsolo das suas localidades por parte do fornecedor de gás canalizado.*

*5. Considerando que essas intervenções são causadores de interrupções e constrangimentos na mobilidade pedonal e automóvel nas freguesias do concelho de Esposende.*

*6. Considerando que essas intervenções originam ruídos, poeiras e zonas lamacentas nas freguesias do concelho de Esposende.*

*7. Considerando que essas intervenções originam irregularidades visíveis e abatimentos no solo e subsolo intervencionados.*

*8. Considerando que as irregularidades e abatimentos limitam e constroem a mobilidade pedonal assim como a mobilidade a pessoas e grupos cuja mobilidade já seja condicionada.*

*9. Considerando que as Juntas de Freguesia do Concelho de Esposende recebem frequentemente queixas sobre os transtornos associados aos trabalhos de intervenção no subsolo por parte dos operadores de gás canalizado.*

*10. Considerando que os serviços das Juntas de Freguesia reportam frequentemente aos operadores as queixas associadas à deficiente compactação e nivelamento dos solos das vias, artérias e passeios que são alvo de intervenção.*

*11. Considerando que as Juntas de Freguesia aplicam tempo e recursos humanos no registo e seguimento destas queixas.*

*12. Considerando que os cidadãos e moradores das freguesias do Concelho de Esposende deveriam ser compensados pelos transtornos acima elencados.*

*A Assembleia Municipal de Esposende, reunida em Sessão de 27 de junho de 2019,*

*1. A fim de minimizar os encargos tidos pelas Juntas de Freguesias e elencados nos considerandos acima.*

*2. A fim de que as Juntas de Freguesias possam compensar os seus habitantes, pelos danos e constrangimentos sofridos, com melhoramentos pontuais nos espaços públicos.*

*Aprovou recomendar à Câmara Municipal de Esposende que transfira para as freguesias do concelho de Esposende 50% do valor da Taxa de Ocupação do Subsolo na relação do valor gerado em cada Freguesia."*

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

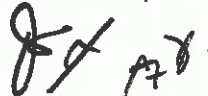
*"Agora gostaria de falar de verão, mas não de animação. O verão traz-nos sempre transtornos e eu gostaria de falar de manutenção. Já aqui foi referido pelo Dr. Tito o tema dos passadiços, eu ando há dez anos nesta vida e ando há dez anos a pregar pregos. Este ano assumi que não vou pregar mais um prego num passadiço e também assumi que não vou cortar nem mais uma austrália que passe para o caminho. Ainda hoje ou ontem, houve uma necessidade por parte da Esposende Ambiente para que amanhã a junta de freguesia vá levantar umas austrálias que entretanto os sapadores irão cortar, eu respondi que sim, que ia levantar as austrálias, mas ia contabilizar o tempo de serviço gasto e o combustível consumido e vou apresentar a conta a alguém. Portanto, só nesse sentido é que a União de Freguesias de Apúlia e Fão se mexe para pregar um prego nos passadiços e andar a cortar austrálias que não são dos seus terrenos.*

*Outra nota que eu queria deixar aqui tem a ver com a transferência das competências plasmadas num decreto-lei que foi aprovado e entrou em vigor em 2 de maio, porque o dia 1*



foi feriado, é o decreto-lei 57/2019 que trás uma série de competências para as freguesias, que em boa verdade e para muitos de nós, já as praticamos no dia-a-dia. Ou seja, eu não diria "fraco", mas acabei por dizer, fraco é o Presidente de Junta que estando a cumprir e a executar essas competências, não as saiba valorizar. Significa que, perdoem-me a expressão, não sabe o que é que anda a fazer. Eu e à semelhança de outros colegas Presidentes de Junta, atitude que eu saúdo daqui de cima, vamos aceitar estas competências que nos estão a ser transferidas pelo poder central e vamos aceitá-las desde já, em 2019. Já demos conhecimento à Câmara Municipal desse facto, valorizamos essas competências à nossa maneira, o prazo está a correr, os colegas Presidentes de Junta sabem perfeitamente que o prazo para dizer não termina no final deste mês, se não disseram nada, estão a aceitá-las tacitamente. Alguns assim fizeram, saúdo pelo que fizeram, no entanto eu fui um pouco mais longe e valorizei-as, o nosso executivo valorizou-as e fez chegar o documento à Câmara Municipal. O tempo está a correr, a Câmara Municipal agora tem dois caminhos, ou chama a União de Freguesias de Apúlia e Fão para negociar e vamos sempre a tempo de o fazer, ou então, como eu disse, o tempo está a correr, a Câmara Municipal recebeu o nosso documento a 13, ou a 14 deste mês e tem 30 dias para apresentar um documento em reunião do executivo camarário e depois tem outros 30 se entretanto não negociarmos num caminho paralelo, tem outros 30 para apresentar o documento em Assembleia Municipal. Portanto, eu espero que até essa altura a União de Freguesias de Apúlia e Fão chegue a um compromisso válido com a Câmara Municipal, porque na realidade queremos a partir do último trimestre de 2019, começar a cumprir aquelas competências que estão lá e que são nossas e eu, quando digo que são nossas, digo a todos os meus colegas Presidentes de Junta que isto é uma grande vitória da ANAFRE e daquilo que é a luta de alguns Presidentes de Junta para que todos tenhamos um pouco mais de competência e poder sobre aquilo que é o nosso território. Vocês já devem ter ouvido dizer que, nós não queremos ser de forma nenhuma mini Câmaras, ou Câmaras pequenas, nós não temos capacidade financeira para isso, não temos logística, não temos técnicos, agora nós queremos é, não andar a mendigar o dia-a-dia para poder comprar uma máquina de cortar relva, ou uma máquina de cortar erva nas ruas, isso é que nós não queremos e se forem sensatos percebem que chegou a oportunidade de nós dizermos que valemos o que valemos, estamos na posição em que estamos e portanto essas competências são para nós e não as rejeitem porque ao rejeitar estão a dizer que não são capazes de fazer aquilo que fazem no dia-a-dia.

Outro tema e eu gostaria de um esclarecimento do Dr. Cepa, tem a ver com o acesso condicionado de que falou, que terá havido no ato eleitoral em Fão eu gostaria que esclarecesse, porque nós salvaguardamos todas essas questões, nós tínhamos uma mesa de voto no primeiro piso, mas a partir do momento em que percebemos que os cadernos eleitorais estavam por ordem alfabética, nós alteramos a mesa de voto muito antecipadamente, não foi em cima da hora, para o piso inferior, de forma a que, qualquer pessoa com mobilidade reduzida pudesse ali votar e não era só a pessoa daquela secção de voto, todas as outras pessoas que não pudessem descer uma pequenas escadas que já existiam como mesa de voto nas eleições anteriores tinham possibilidade de votar nessa zona mais acessível, porque o espaço estava fechado e a urna correspondente deslocava-se a essa zona e o voto assim prosseguia. Não tivemos nenhum registo negativo de pessoas a reclamar do sítio onde estavam a praticar o ato, portanto que fique bem claro que em Fão não houve qualquer tipo de problema. Tenho dito Senhor Presidente, muito obrigado."-----



Intervenção de seguida a Sr.ª Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do JPNT, apresentando a declaração que se transcreve:

*"Muito boa noite,  
Sr Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Sr Presidente da Câmara Municipal,  
Senhoras e Senhores Vereadores,  
Minhas senhoras e meus senhores,*

*Estando nós na casa da Democracia deste concelho, não poderíamos deixar de fazer uma breve análise às eleições Europeias de 2019 e como Grupo Político de Cidadãos só podemos ficar desiludidos com os valores que a abstenção atingiu no nosso concelho, onde se registou a mais alta taxa de abstenção de sempre e dos treze municípios que compõem o distrito de Braga, registamos a sexta pior taxa de abstenção.*

*A Europa dá-nos integração, inclusão, diversidade, desenvolvimento industrial e ambiental. É um espaço social notável, com mais de quinhentos milhões de cidadãos que congrega quase um quarto da riqueza mundial e por isso temos que refletir, pois cerca de 66% dos eleitores do concelho não foram votar, e não foram votar porque não quiseram.*

*Não precisamos de estar aqui a procurar culpados, temos que assumir que os culpados são a Classe Política Portuguesa.*

*Na verdade não deixa de ser uma grande ironia, que Portugal seja um dos Países que historicamente menos vota nas Europeias, a abstenção acima de 60% começou em 1994, quando é o país onde os fundos estruturais europeus mais pesam no investimento público Nacional, 84,2% e se, considerarmos que já recebemos mais de cem mil milhões de euros de fundos estruturais desde que entramos na União Europeia, ficamos com a sensação de que os Portugueses em geral e os Esposendenses em particular vejam a União Europeia como algo seguro e de uma fonte permanente de financiamento. Mas se os partidos e os candidatos preferem fazer festinhas- passo a expressão- não se dão ao cuidado de informar, explicar seriamente os assuntos e o projeto europeu, porque hão-de então os eleitores expressar o seu voto e incomodar-se?*

*Senhor Presidente já tivemos oportunidade de o fazer na Câmara Municipal e voltamos a fazê-lo aqui, pois também aqui o assunto foi por diversas vezes abordado, referimo-nos à intervenção da rotunda do Mini-preço, devemos felicitar o Município na parte que lhe toca obviamente, uma vez que a intervenção é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, pela solução e conclusão da obra dentro do prazo previsto. A solução é boa e veio resolver um problema identificado há vários anos. Mas permita que deixemos uma sugestão, o prolongamento do passeio do lado sul da Rua José Inácio Areias, foi pena que este município não tenha tido a capacidade para terminar esta obra aproveitando o embalo da solução das Infraestruturas de Portugal. O certo é que, a solução atual é perigosa para os peões e não dignifica a intervenção no seu todo.*

*Falamos também aqui da Rio Neiva, a Rio Neiva associação de defesa do ambiente, necessita de apoio da Câmara Municipal para dar seguimento ao processo de licenciamento junto das entidades competentes, das estruturas que recentemente colocou junto à sede na Foz do Neiva. Sabendo que este é um processo que se arrasta há largos meses, para não dizer anos, fica a questão: a Câmara Municipal vê ou não interesse em declarar o interesse municipal para*



*aquele equipamento de apoio à prática desportiva daquela associação?*

*Senhor Presidente, no ano de 2018 a Câmara Municipal atribuiu um subsídio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, no valor de 40.950,00 euros. Este valor destinava-se à aquisição de um autocarro.*

*No dia 26 de dezembro de 2018, esse valor foi transferido para a junta. Passados seis meses, nem sombra do autocarro. Aproveitando aqui a presença do senhor Presidente da Junta, é possível esclarecer o assunto?*

*A Câmara Municipal tem por hábito transferir verbas para as Juntas de Freguesia ou outras entidades, tendo por base apenas orçamentos? Se assim for, digo-lhe já é um péssimo princípio.*

*Sabendo que as Instituições e pessoas da freguesia estão necessitadas de um meio de transporte, pois só assim se justificou a aquisição pergunto: para quando a entrega da viatura? Ou será que pelo segundo ano consecutivo a Câmara Municipal vai ter de suportar a fatura do transporte das crianças de Fonte Boa para a praia, tal como aconteceu em 2018, com encargos a rondar os 3.000,00 euros.*

*Quase quatro anos depois dos anúncios e sucessivas notas de imprensa sobre os acordos com os proprietários do - agora é que é - eis que as máquinas entraram de rompante nos terrenos cultivados pelos agricultores na zona de Marinhãs, mais propriamente junto da Rua da Agrela. Quem tinha culturas de milho, extremamente caras, ficou a olhar para as máquinas que as destruíram de forma rápida e eficaz. Afinal a obra tem que arrancar e terminar em oito meses, sob pena de se perder o financiamento, assim se pronunciaram os técnicos da Câmara que deram a cara junto daqueles que queriam explicações para o sucedido.*

*Já todos conhecem o posicionamento da JPNT sobre uma obra que consideramos desnecessária, sem visão e, apenas um capricho do Senhor Presidente da Câmara. Mas Senhor Presidente, já que teima em levar por diante algo que vai custar aos cofres municipais mais de um milhão de euros, pelo menos acautele os interesses dos proprietários e arrendatários dos terrenos, pois a agricultura e estes senhores agradecem.*

*Assim de repente também nos lembramos da Escola do Facho de Apúlia, da Escola de Areia de Apúlia, da rampa de Cedovem, da ecovia do Cávado, do saneamento do lugar de Pinhote, Marinhãs, da Av. S. Martinho em Gandra, entre outras, denominador comum, estão paradas. Senhor Presidente o que é que se passa com todas estas obras? É tudo culpa das empresas? É se as empresas que vencem os concursos públicos são assim tão más, porque é que se fazem ajustes diretos com estas mesmas empresas?*

*A população quer explicações, nós exigimos explicações, pois é o dinheiro da população que está a ser gasto e todos sabemos que o arrastar das obras para além de transtornos representam sempre mais gastos.*

*Preocupa a população de Apúlia o elevado estado de degradação do edifício Pérola, nomeadamente o telhado, com graves infiltrações que a curto prazo vão provocar a derrocada e a perda do valor arquitetónico que sempre foi defendido para justificar a compra. Fizemos eco desta preocupação numa das últimas Assembleias Municipais, cujas preocupações e perguntas ficaram sem resposta, mas que voltamos aqui hoje, a colocar. Passados mais de dois anos desde o anúncio da compra, ainda não houve tempo para a prometida e amplamente propagandeada consulta popular? Para quem tinha ideias concretas, projetos prontos, acordos firmados com Instituições do Ensino Superior, não acha Senhor Presidente que está a demorar demasiado tempo a definição concreta do que se pretende e vai fazer nestes dois equipamentos? Para quando a apresentação pública das opções concretas para estes dois*



*[Handwritten signature]*

*imóveis? É que os espaços foram finalmente limpos, mas se nada for feito, rapidamente se tornam novamente o que foram outrora, com a agravante de agora serem propriedade municipal e a cada dia que passa estamos a perder oportunidades, nomeadamente no Forte S. João, uma vez que é uma concessão.*

*O jornal de informação municipal de 02 de abril de 2016, ou seja, há mais de três anos, referia em letras gordas e passo a citar: "situação que se arrasta há mais de dez anos está finalmente resolvida" - referia-se ao prédio de tijolo da frente marítima de Apúlia.*

*Passamos lá ontem e o que se verifica é que está tudo igual ao que acontecia em abril de 2016. Senhor Presidente, o que é que foi resolvido? Se algo foi resolvido, porque nada foi feito?*

*E se nada foi feito, porque é que nada está resolvido? Em que é que ficamos?*

*No passado sábado, um prédio do centro da cidade sofreu um incêndio no seu interior, pretendiam os bombeiros aceder ao interior da habitação, mas não conseguiram pelo exterior, isto porque as esplanadas no exterior impediam a aproximação de viaturas e colocação de escadas. Senhor Presidente, o que se pergunta é: o que é que está a falhar aquando do licenciamento das esplanadas que não prevê este tipo de situação?*

*E agora aproxima-se mais um período balnear e com ele um maior abandono de animais. Além da criação de praias para cães, realização de workshops de sensibilização, concretização de câominhadas tendentes à adoção de animais e da celebração de protocolo com entidade externa, o que se vê é que pouco ou nada foi feito nos últimos anos desde que a lei foi alterada para minimizar o problema.*

*Senhor Presidente, o que é que tencioná fazer o executivo a curto e médio prazo, de forma efetiva, de molde a ultrapassar ou minimizar o problema dos animais abandonados.*

*Em 2018 foi renovado o contrato com a SUMA para recolha e deposição dos resíduos em aterro. Se bem se lembram, a JPNT foi contra esta renovação. Outros municípios foram ao mercado e conseguiram poupanças de largos milhares de euros. Foi dito pelo Senhor Presidente que a empresa iria prestar um conjunto de serviços suplementares e adicionais ao contrato. Passados largos meses perguntamos: de que forma, a Câmara Municipal ou a Esposende Ambiente monitorizam, quantificam e comprovam a execução destas tarefas?*

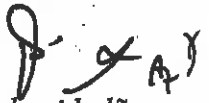
*Verificamos que os contentores são os mesmos e cada vez mais sujos. Verificamos que não existem mais ecopontos colocados no concelho. Assim sendo, o que é que fez a SUMA para merecer da parte deste executivo tamanho gesto de boa vontade?*

*Percebemos que foram recentemente feitas reposições de areia na praia de Suave-Mar proveniente do leito do rio. Não nos vamos pronunciar sobre o timing, pois o mal já está feito e felizmente nada de grave aconteceu, mas o certo é que poderia ter acontecido, tal a falta de proteção, como também não nos vamos pronunciar sobre a sua eficácia, pois o resultado está à vista de todos.*

*As questões são as seguintes:*

- quem foi o dono da obra?;*
- que intervenção foi esta?;*
- foi a empreitada cujo concurso foi ganho pela empresa ABB que chegou a montar estaleiro, mas que depois abandonou a obra por falta de capacidade para a executar?*

*Várias freguesias dos concelhos de Barcelos e de Esposende estiveram em jornada de luta pela desagregação das freguesias na Assembleia da República em Lisboa, onde foram recebidos na Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, para transmitir a essa Comissão bem como a todo o país, o descontentamento das populações perante a extinção das suas freguesias.*



*A plataforma nacional recuperar freguesias, movimento que representa dezenas de cidadãos espalhados por todo o país, foi a face visível da ação, que levou inclusive à colocação de faixas na escadaria da Assembleia da República.*

*Perante esta ação e tendo presente o trabalho da referida plataforma, o que tenciona a Câmara Municipal fazer neste processo? Que passos vai dar? Qual a posição das Assembleias de Freguesia aqui representadas?*

*Senhor Presidente por último, o que nós pretendemos é um ponto de situação dos seguintes processos:*

- Centro de Negócios;*
- permuta da Loja Social;*
- alteração do PDM; e*
- venda do Centro Desportivo do Fão ao Braga.*

*Muito obrigada.*-----

Intervio ainda o Sr. Manuel Francisco Gaifem, do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Sr Presidente na minha intervenção vou dar nota de uma reclamação e depois de uma pretensão.*

*Foi enviado à Câmara através do reclamante, o senhor José Vilaça da Fonseca e também através da Deputada Tânia Mota um e-mail a reclamar do estado dos passadiços por trás do Hotel Pinhal em Fão, e essa reclamação foi feita pelo senhor José Vilaça da Fonseca para o e-mail do Senhor Presidente da Câmara Benjamim Pereira, a 29 de maio deste ano, assim como o e-mail da Dr.ª Tânia Mota e até hoje não sofreu nenhuma intervenção. Evidentemente que, este cidadão não é de Esposende, mas vive em Esposende. Já foi referido o estado dos passadiços, é de facto relevante e queria por isso, dar nota desta reclamação.*

*De seguida, queria dar nota e já aqui foi falado da pretensão da Associação Rio Neiva.*

*Eu com a autoridade de ter estado presente na reunião, quero dizer exatamente o seguinte, a diretora Augusta Almeida disse-me que está cansada, que tem andado literalmente atrás do Senhor Presidente da Câmara e eu até sugeri, tem que começar é a andar à frente para poder e conseguir resolver os seus problemas. E aquilo que esta associação pretende é uma resposta sobre uma declaração de interesse municipal, já aqui foi falado pelos vários intervenientes e aquilo que acontece é que esta associação tem iniciativas importantes relacionadas com o ambiente na zona do estuário do rio Neiva, inclusive tem atividades na Quinta da Cidade em Forjães, tem um quadro técnico que é o Sr. Rui Pedro aqui presente, que efetivamente começou a sua atividade e foi sensibilizado para estas questões do ambiente, quando era ainda mais jovem do que é, e portanto, é uma associação, e não me vou alongar nisto, porque é uma associação que o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento exatamente da atividade desta associação. Aliás, a Câmara é um dos patrocinadores e um dos apoiantes desta associação, inclusive com verbas financeiras. O que se pretende aqui é uma simples declaração de interesse municipal para efetivamente eles darem seguimento a um projeto que está na Câmara Municipal de Esposende e que, naturalmente precisa para avançar, desta declaração de interesse municipal.*

*Quero dizer também que, esta associação tem iniciativas como o BioNeiva, que cuida do cadastro da fauna e flora do rio Neiva, enfim, uma série de atividades, engloba muita juventude e de facto, está de mãos atadas para poder desenvolver e guardar todo o seu*



*equipamento, porque inclusive na zona onde ela está instalada que, naturalmente é junto ao rio Neiva, existem agora lá os passadiços e de facto, esta associação e a sua diretora Augusta Almeida está com um sentimento de não conseguir levar por diante os projetos desta associação.*

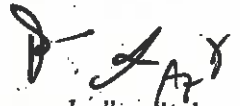
*Na minha intervenção pública Senhor Presidente, queria cumprimentá-lo, cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Sr Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Senhores Deputados, e o público,*

*Eu gostaria na minha intervenção de, é em substituição da Dr.ª Tânia Mota, porque eu estou aqui "en passant", gostaria de facto de, e na qualidade de deputado municipal, de fazer uma intervenção que será uma análise/reflexão sobre a atividade dos órgãos do município, Assembleia Municipal e Câmara Municipal.*

*No que concerne à Assembleia Municipal, como sabemos agrega todas as vontades dos eleitores de Esposende, onde a ação de fiscalização à atividade do executivo se reveste de capital importância, até porque, em resultado das últimas eleições autárquicas e a Assembleia com esta configuração, convoca todos os intervenientes para analisar propostas e projetos venham elas de onde vierem com a máxima exigência, valorizando sempre, sempre, o interesse geral dos Esposendenses e do seu território, naturalmente.*

*A Assembleia Municipal, como órgão deliberativo pode e deve, sem interferir na ação do executivo, definir o rumo de muitas políticas, assim estejam todos à altura das suas responsabilidades. Certamente os munícipes e o concelho ficam a ganhar.*

*Relativamente ao executivo e à ação do executivo presidido pelo senhor Presidente da Câmara, liderado naturalmente pelo senhor Benjamim Pereira, e porque faço questão nesta matéria, de ser o mais justo possível, vou citar algumas vezes o senhor Presidente da Câmara e passo a citar - isto aconteceu em setembro de 2017: "Em 2013 apresentei-me ao eleitorado com um projeto ambicioso onde o desenvolvimento integrado do concelho de Esposende se configurou sempre como uma prioridade. Foi um mandato muito difícil e exigente para todos, contudo e apesar de todas as adversidades e constrangimentos, julgo ter cumprido com aqueles que em mim confiaram indo até muito para além das promessas feitas, como comprovam os grandes projetos estruturantes em que estamos envolvidos, nomeadamente o Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU, as ecovias do Cávado e do litoral, o canal interceptor, a Escola Secundária Henrique Medina, o Centro de Negócios ou o Parque da Cidade, entre muitos outros. Continuando, apesar do trabalho feito, é minha opinião que um político não pode nem deve viver do passado- nada mais de acordo - apresento-vos um projeto ambicioso, de futuro, um projeto que defende os interesses comuns e não os interesses particulares. Um projeto que assenta na renovação das infraestruturas e dos serviços, no investimento permanente nas freguesias, no planeamento e promoção dos nossos territórios, tendo como base obviamente a continuidade dos projetos e políticas implementadas ao longo deste mandato que agora finda." Como disse, estamos em setembro de 2017. "Sem nunca por em causa ou esquecer a inevitável sustentabilidade financeira do Município." Onde é que eu já o ouvi defender a sustentabilidade financeira e todos nós sabemos os resultados que elas nos trazem nomeadamente na saúde.*



*"Apesar do trabalho feito, é minha opinião que um político não pode viver do passado." - citei o senhor Presidente.*

*Trabalho feito?*

*Canal intercetor, não existe.*

*PARU?*

*Está por realizar na sua maioria no que toca ao executivo na parte pública, da parte dos privados não se vê alterações de recuperação. Nas zonas afetadas, qual a taxa de execução?*

*Escola Henrique Medina sim, as obras estão a acontecer, porque Parque da Cidade será para o futuro? Espero.*

*Centro de Negócios, não comento.*

*Senhor Presidente como bem nos lembramos do número 136, talvez no próximo ano de eleições autárquicas ele apareça com obras e projetos que já foram no passado, mas seguramente ainda não o são no presente.*

*Senhor Presidente isto é como na justiça que quando tarda perde a eficácia e oportunidade, como foi o caso da variante de Fão que perdeu o apoio financeiro externo que à época existia para este tipo de obra.*

*Não me quero alongar mas será importante saber qual o estado de mais algumas promessas até porque deixei de receber o boletim informativo da Câmara Municipal a saber:*

*- parques industriais de pequena dimensão - gostaria de lembrar que hoje, precisamente dia 27 de junho, dia das micro, pequenas e médias empresas;*

*- novo mercado em Apúlia;*

*- requalificação da n.º 13, via que esventrará todo o concelho, é objeto de algumas intervenções, como rotundas e bem, mas no que cabe às pessoas, peões ela é um caos, então nas freguesias de S. Bartolomeu, Belinho, Marinhas, Esposende e Fão é quase suicídio caminhar pelas bermas;*

*- variante de Fão já atrás citada, já foi promessa no passado, no presente está pendente da boa vontade de uns investimentos que o Sporting Club de Braga venha a fazer no complexo, não digo de Fão porque de facto já não é, por via de um acordo/venda entre o Clube Futebol de Fão e o Sporting Clube de Braga, patrocinado pela Câmara.*

*- cartão do idoso já existe?*

*- transferência para a autarquia da gestão das praias?*

*- centro de receção do Cemitério Medieval das Barreiras em Fão?*

*- o estudo da ponte pedonal sobre o Cávado?*

*- descentralizar a atividade da autarquia, para quando uma Assembleia Municipal numa das freguesias?*

*Em que estado estão estas promessas?*

*Senhor Presidente também é justo dizer que o concelho se vai modernizando mas a um ritmo muito lento e com o adiar sucessivo das promessas e obras do senhor Presidente pode continuar a ganhar eleições, mas quem fica a perder é o concelho de Esposende. Imaginem todos se no concelho fossem concretizadas 80% das promessas feitas teríamos com certeza um concelho diferente para melhor.*

*Para terminar, dizer que a arrumar uns papéis encontrei um boletim informativo, como no tempo em que eu recebia, é de agosto de 2016 e para minha curiosidade tem aqui uma fotografia que tem a ver com o canal anti cheias, na altura chamava-se assim e diz o seguinte e vou citar: "A Câmara Municipal de Esposende entregou o projeto para a construção de um canal intercetor e de desvio da área urbana, para proteção e gestão de riscos, cheias e*



*inundações, cuja conclusão se prevê para outubro de 2017”- deste século. “Promovida pelo município, com um investimento a rondar os 4,5 milhões de euros, (imputados um milhão e tal à autarquia), a obra deve iniciar-se em maio próximo, do ano de 2017.”  
Disse. Muito obrigado senhor Presidente.”-----*

Por último o senhor Presidente, da Assembleia Municipal apresentou uma recomendação elaborada pela Comissão Permanente e subscrita por todos os grupos políticos, que se transcreve:

**3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PELA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO E DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE CEDOVÉM E DAS PEDRINHAS, NO ÂMBITO DA ADAPTAÇÃO DO POOC.**

*“Considerando que a Assembleia Municipal demonstrou a preocupação da valorização do espaço e do património cultural de Cedovém e das Pedrinhas, no âmbito da adaptação do POOC;*

*Considerando os pressupostos no caderno de encargos, onde se prevê uma intervenção de Recuo Planeado de prioridade elevada, englobando ações de retirada de construções em risco e a eliminação de ocupações ilegais em domínio público marítimo, promovendo-se a regeneração dunar, bem como o acautelar das condições de realocação das importantes atividades económicas que aqui se encontram implantadas.*

*A Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Esposende, em que estão representados todos os grupos políticos com representantes eleitos na Assembleia, tendo sido informada pela Câmara Municipal de que a mesma irá elaborar um estudo financiado pelo Fundo Ambiental através da contratação de uma equipa multidisciplinar para estudar e elaborar uma proposta de plano para a zona de Pedrinhas e Cedovém, recomenda que a Câmara Municipal preveja e acautele, no âmbito desse estudo, que sejam identificados todos os valores de interesse arquitetónico, etnográficos e outros valores que exijam ser salvaguardados e/ou classificados.”-----*

**INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: \_\_\_\_\_**

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou os Senhores Deputados Municipais se havia algum pedido de informação, ou dúvidas, sobre a Informação Escrita a colocar ao Senhor Presidente da Câmara.

Pelas vinte e três horas e quinze minutos ausentou-se a deputada municipal Luciana Brochado Azevedo.-----

Como não se verificou nenhum pedido de esclarecimento sobre a Informação Escrita, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que interveio nos seguintes termos:

*“Muito boa noite a todos,  
Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa,*

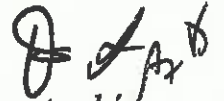
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados Municipais,  
Senhores Presidentes de Junta,  
público aqui presente,

*Começar pelo Deputado Municipal Penteado Neiva, a questão da referência do voto de pesar de Agustina Bessa-Luis, pela proposta que nos parece bastante pertinente e importante tendo em conta a relação que a mesma teve aqui com o Município de Esposende e dar nota de que é intenção do Município, ou melhor, é minha intenção e dos meus vereadores, apresentar uma proposta para atribuição de uma medalha de Mérito Cultural a título póstumo, a atribuir no dia 19 de agosto, como uma valorização da sua passagem, do seu valor e do amor que ela mesma tinha ao Município de Esposende.*

*Quanto à questão da Associação Rio Neiva dar nota de um conjunto de considerações, a primeira, é dizer que tenho o máximo de respeito pela instituição e por aquilo que são as prerrogativas que estiveram na base da sua criação e daquilo que é a sua ação. Contudo, sempre terei que dizer que, apesar de eu não ter recebido a Associação Rio Neiva nos últimos tempos, é verdade, quando fez falta a seguir ao incêndio que assolou esta instituição, foram recebidos e até posso dizer, porque eu gosto de falar assim, que senti no corpo alguma ingratidão, depois de eu ter atribuído um apoio de quase oitenta mil euros à instituição, que depois acabaram por não receber na totalidade, porque ainda não apresentaram as faturas correspondentes à totalidade do investimento, e de cerca de vinte mil euros para embarcações que também se perderam naquele fatídico incêndio e, minutos depois, já as pessoas que tinham estado comigo, estavam na antiga rádio Esposende a dizer que acharam pouco e eu gostava de saber quantas instituições do concelho é que tiveram apoios na ordem dos noventa mil euros, sem mais. Portanto, do ponto de vista daquilo que é a colaboração com a instituição, ela nunca faltou e é verdade que se eu não recebi a instituição, os meus vereadores que estão perfeitamente capacitados para tal, receberam, nomeadamente a Eng.ª Alexandra Roeger e o Dr. Rui Losa, que não está aqui presente por se encontrar de férias neste momento.*


*Quanto à pretensão, apesar de ter sido dito aqui que a mesma foi aprovada, eu confesso que carece de verificação e eu tenho sérias dúvidas sobre a localização e, uma vez que, as pessoas que vieram aqui também querem um esclarecimento, então eu vou dá-lo.*

*Eu acho de muito mau gosto e de muito mau tom que uma associação que se diz ambiental queira construir a sua sede à margem de um rio, a cerca de 5 metros do rio, ou 10 metros, é a minha posição e vale por aquilo que estou a dizer. Se for para a prática desportiva, pois muito bem, estamos entendidos, porque a localização de um equipamento para a canoagem não vai ficar a quilómetros, ou a centenas de metros do rio. Mas se for para a sede administrativa já não concordo. A verdade é que o edifício existente sofreu uma adaptação para outras funções, quando inicialmente foi construído sobre a prerrogativa de ser para apoio à canoagem. Acresce a tudo isto que o rio está extremamente assoreado, como toda a gente conhece, a foz do rio Neiva está extremamente assoreada, o que não convida a um grande investimento para a promoção da prática desportiva, na certeza de que é muito difícil levar a cabo essa prática desportiva, o que se confirma até, porque por aquilo que eu sei alguns atletas até estarão neste momento, com grande esforço da instituição, é verdade, a fazer essa prática noutros locais. Portanto, não é uma crítica, mas é uma crítica, para se dizer a verdade é aqui, esta é a casa da democracia e da liberdade e então diz-se as verdades todas. A minha posição enquanto Presidente de Câmara, a minha posição enquanto arquiteto e o respeito que eu tenho que ter*



*pelo urbanismo, pelas responsabilidades que já tive neste concelho nessa área também e continuo a ter, leva-me a não concordar com aquela localização, ademais a própria instituição, daquilo que me lembro e peço desculpa se houver aqui alguma falha de memória, mas estão aqui pessoas que podem esclarecer, há um outro terreno, um lote, um pouco mais acima na zona de Guilheta também, onde poderia evidentemente construir a sua sede administrativa, utilizando o edifício que tem lá em baixo, para a prática desportiva se assim o entendessem. As prerrogativas estão erradas, não concordo com essa orientação e não vou apoiar uma coisa na qual eu não acredito. Isto não implica que eu deixe de apoiar a instituição ou que tenha qualquer coisa contra a instituição, não tenho nada contra a instituição, respeito muito as pessoas que lá estão, mas há coisas que não podem ser feitas diferenciando inclusive outras instituições locais e outros que têm as mesmas pretensões, às quais nós não acedemos e é só isto. Se é preciso dizer isto na cara das pessoas, ou se outras pessoas o podem dizer por mim, tendo em conta que têm competências delegadas, isso já é uma questão que é discutível e eu admito que possa ter alguma falha nessa vertente, agora, não é verdade que a Câmara Municipal não tenha apoiado a instituição, isso não é. Tem apoiado na medida do possível, aliás, até se dizia que em resultado do seguro que teriam, ou de uma indemnização por via do incêndio provocado por uma descarga elétrica, que a própria EDP teria eventualmente indemnizado a instituição, não sei se é verdade, mas que se falou disso, falou. O que, a acontecer, quase que transforma o apoio que nós demos numa coisa estranha, porque nós demos o apoio para a reabilitação do edifício e depois a instituição acaba por receber uma verba excedentária, para fazer exatamente o mesmo, ou como compensação da mesma coisa.*

*Acresce também que a Câmara comprou um terreno ao lado da instituição, ao lado de onde está hoje a sede, e que cedeu também para usufruto da própria instituição. Mais do que isso, todo o passadiço que lá está construído e aquela ponte não caíram do céu, se lá estão foi porque houve empenho da minha parte, da parte da Câmara Municipal, peço desculpa dizer da minha parte, mas sou eu que sou visado neste processo e não quero passar as culpas para ninguém, e está lá construído e é um elemento de enorme beleza e de enorme valorização de toda aquela zona envolvente e recordo-me que inclusive em todas as reuniões da Polis, que é uma obra da Polis importa que se diga, era discutido se, se podia melhorar a acessibilidade das embarcações ao rio, para as crianças, porque era difícil entrarem nas embarcações, etc e tudo isso foi acautelado com custos acrescidos que eram depois suportados pela Câmara Municipal, se calhar algumas pessoas que estão aqui dentro não sabem, mas quem pagou essas alterações todas, foi a Câmara Municipal, não foi a Polis, foi a Câmara Municipal, através do seu capital social, de um empréstimo que aprovamos aqui há uns anos a esta parte, 2009-2010, que é consumido através dessas verbas, para execução dessas alterações ao projeto que não estavam consideradas inicialmente. Portanto, a minha posição é esta, gostem ou não gostem, eu sou direto naquilo que digo. Lamento o facto de não vos ter recebido para vos dizer isso, mas outras pessoas vos receberam e é esta a posição, a Câmara sempre apoiou a instituição, há outras instituições que merecem o mesmo respeito que merece a rio Neiva, que também estão sempre a pedir, é normal, todas as instituições pedem. A banda quer obras na sua sede para melhorara as suas condições, o futebol clube do Antas também quer melhorar as suas instalações, a GRASSA precisa também de um apoio, por aí fora, o senhor Presidente da Junta praticamente todos os dias, todas as semanas, me pede apoios para a freguesia, ou seja, é preciso colocar a instituição no âmbito de uma freguesia, do apoio que tem que ser dado às freguesias, não diferenciando umas freguesias das outras, porque se eu*



*começar a dar tudo a uma freguesia, seja diretamente às juntas ou através das instituições, eu vou estar a criar uma desigualdade em relação a outras freguesias e isso eu não faço, porque eu sou o Presidente da Câmara Municipal de Esposende e de 15 freguesias, como eu sempre aqui disse e não de uma ou duas. Portanto, as prioridades são definidas pelo senhor Presidente da Junta, é assim que eu gosto de me relacionar com as instituições e com as freguesias e, naturalmente pelas instituições com critérios de equidade, porque somos muito dinâmicos, não vamos consumir o dinheiro todo da Câmara, porque eu também sei fazer isso, projetos não me faltam, mas o Estado não olha para mim desse ponto de vista, eles dão aquilo que podem dar, tanto faz que eu trabalhe muito ou que trabalhe pouco, ou tenha muitas ideias e muitos projetos, não é por aí, não é pela produtividade intelectual vamos dizer assim, ou pela minha dinâmica, que eu consigo ter mais dinheiro ou menos dinheiro, eu tenho que o fazer, mas o Estado não é assim tão sensível, quanto isso, nem eu posso em relação às instituições, por mais que eu admire a sua dinâmica. Portanto, mesmo que haja muitos pedidos, só os poderemos atender à medida daquilo que são as nossas capacidades económicas e guiando-nos por critérios de equidade, como toda a gente compreenderá com toda a certeza. Mas volto a frisar, não tenho nada contra, muito pelo contrário, acho que é uma instituição, das únicas nesta área ambiental, que merece total respeito, tem outras vertentes, além da ambiental, a desportiva, etc, tudo muito bem e até poderá ter mais e já tem 30 anos e Deus queira que continue a crescer mas, é uma questão que precisa ser pensada, para que possa beneficiar do apoio do Município.*

*Quanto às questões colocadas pelo Deputado Municipal Cepa Carneiro, eu não tive conhecimento de nenhum problema relacionado com as eleições Europeias, quer em Fão, quer em Belinho, não me chegaram queixas de natureza alguma, não conheço a situação de Fão, peço desculpa mas não conheço a situação, sei que em Belinho foi no sentido de que se melhorasse a acessibilidade e por isso é que ficava no rés-do-chão e não no piso de cima portanto, penso que a alteração foi precisamente no sentido de melhorar a acessibilidade e não o contrário, não o de prejudicar a acessibilidade e que, quem estava à frente da mesa, penso que o Presidente da mesa nem sequer era do PSD ou do partido do senhor Presidente da Junta que era do PS se não estou em erro, concordou com a alteração e penso que estão mantidas todas as condições para que se exercesse o direito de voto com a dignidade que era necessária e penso que em Fão foi exatamente a mesma circunstância. Portanto, essas alterações no mesmo edifício, do piso de cima, para o de baixo, não me parecem relevantes, claro que se mudasse a mesa de voto de edifício, isso já estaríamos a falar de outra coisa, porque a indicação é para aquele local.*

*Quanto à questão da biblioteca como falou, nós temos consciência que a biblioteca precisa de obras, até de manutenção, não se trata propriamente de uma requalificação, mas mesmo de manutenção porque tem alguns problemas de infiltrações de humidade, está a ser desenvolvido o projeto neste momento, mas, estaremos sempre a falar de quantias para cima de trezentos mil euros e portanto, não é para já.*

*Quanto ao depósito que é na parte de baixo em frente à biblioteca, o projeto está feito, havia uma versão que empurrava a obra para cerca de cento e sessenta mil euros, eu achei que era um exagero em termos financeiros, conseguimos reduzir para cerca de cem mil e mesmo assim é muito dinheiro, mas terá que ser, e neste momento está para ser lançado o concurso para essa obra.*

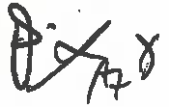
*Quanto ao projeto da barra eu penso que não entendeu o que eu disse na altura, penso que o*





*Dr. Cepa também estava presente, ou o Dr. Carvoeiro talvez, mas então não entendeu o alcance daquilo que eu disse quanto ao projeto da barra, aquilo que eu disse foi que nós fizemos uma candidatura ao POSEUR para elaboração do projeto, neste momento ainda não foi discutido o projeto sequer, estamos nu processo de candidatura, ou seja, temos que contratar uma empresa que possa desenvolver o projeto e aí sim, no âmbito da elaboração do projeto é que vão ser ouvidas as entidades, nós ainda não temos o projeto feito, mas o que eu disse lá e volto a frisar aqui, é que pela primeira vez, há um projeto que foi mandado fazer pela Câmara Municipal, não foi por outra entidade qualquer e portanto aí, eu pretendo ter um papel muito ativo para que me surja uma solução no final com cariz mais portuário e menos ambiental para ver se, se resolve de uma vez por todas o problema dos pescadores, da acessibilidade, da dragagem, etc. Pela primeira vez, até aqui nunca foi a Câmara Municipal, nem eu, nem o meu antecessor, que eu saiba, que gizou e definiu qualquer solução para a barra. Aliás, houve um grupo de trabalho que foi criado por um Despacho Ministerial, que inclui uma série de entidades, desde as universidades, a autoridade marítima, as juntas, a Câmara, etc e que resultou naquela coisa que saiu dali, que eram aqueles sacos, não foi a Câmara que definiu aquilo, não foi a Câmara que disse que era para pôr sacos, ao contrário de muitas barbaridades que se dizem por aí, nunca foi, foi uma comissão de especialistas, em que estavam representantes do Estado, das universidades até que chegaram aquela conclusão. Fizeram o que fizeram e quem leva com as culpas sou eu, no Facebook, etc, a culpa é minha. Pelo menos sobra-nos uma coisa boa, sabem o que é? É que não tem lá um cêntimo da Câmara Municipal também ao contrário de outra grande mentira que andam para aí a dizer. Aquilo é uma obra do POVT, que só tem dinheiro do Estado Português, portanto se há críticas a fazer, façam-nas ao Governo, a este e ao anterior e se calhar é ao anterior até, que tinha mais responsabilidades nisto, façam-nas ao Governo e aos Fundos Comunitários, porque da Câmara tem lá zero, nunca houve um cêntimo da Câmara investido naquela obra da restinga. Também é importante que se diga que é um processo que está em Tribunal, pela Polis, para serem indemnizados em virtude de um conjunto de problemas que existiram naquela obra. Mas, respondendo à sua pergunta de forma direta, estamos neste momento a iniciar um procedimento para contratação de uma equipa projetista para desenvolver uma solução para a barra com caráter que nós queremos que seja, eu ia dizer definitivo, mas se calhar isso nunca pode ser visto assim, mas com um caráter completamente distinto daquilo que foram as soluções anteriores, pese embora perante as instituições como a APA e o ICNF, cada vez que eu falo nisso eles olham para mim como, este tipo deve querer destruir aqui tudo, mas não é nada disso, naturalmente é um trabalho que deverá ser desenvolvido ao nível das universidades, com todos os estudos que são necessários, respeitando todas as prerrogativas legais, mas conferindo estabilidade a toda aquela zona.*

*Quanto à intervenção do Deputado Municipal Tito Evangelista, eu digo-lhe sinceramente, eu acho que foi de tão baixo nível, que eu nem sequer vou comentar nada daquilo que foi dito. O que eu vou dizer é o seguinte, houve uma coincidência tão grande entre as palavras do Dr. Tito e um conjunto de queixas anónimas que têm sido feitas à Polícia Judiciária, ao Ministério Público, que me deixa admirado até na própria linguagem. Só estou a dizer que há uma coincidência, portanto aquilo que eu desafiava o Dr. Tito a fazer, com tantas dúvidas que lançou aqui em cima e insinuações, o que eu sugeria era que o Dr. Tito concretizasse essas dúvidas todas junto dessas entidades, que pelo menos assim ficam assinadas e eu depois sei quem é que tenho que processar a seguir, quando o resultado dessas investigações for feito,*



por difamação como é evidente.

Assim é um bocado difícil porque as coisas acabam por ser arquivadas, mas depois a gente nunca tem a quem imputar essa responsabilidade e o bom nome das pessoas é que fica na lama. E já agora, por falar em teia, eu não sei se por acaso o Dr. Tito se estava a referir a alguma teia aqui do concelho, ou aos seus colegas de partido, porque a última teia de que ouvi falar não corresponde ao Partido Social Democrata, mas corresponde precisamente a colegas seus de partido. E lamento ter que estar a dizer isto, porque eu até tenho o máximo respeito por algumas pessoas, mas a verdade é que eu nunca fui tão insultado e de forma tão veemente, até parece que acredita naquilo que diz, o que seria lamentável se acreditasse, porque se for retórica política, eu até estou aqui para encaixar, porque eu vim para cá para trabalhar e para ouvir umas coisas, mas se acreditar é de uma extrema gravidade que isso seja dito nesse tom, com insinuações relativamente ao Reis, é a mesma coisa quando dizia que nós vendemos um terreno ao Reis e depois teve que "meter o rabo entre as pernas" que afinal era tudo mentira e jurou aqui nesta Assembleia praticamente que era verdade e que tínhamos vendido um terreno ao Reis e afinal no fim era tudo mentira. Eu acho que devia pensar um bocadinho antes de abrir a boca e antes de dizer certas coisas, acho que ficava muito bem, a pessoas que eu considero na sociedade, e a quem naturalmente gostaria muito de aproveitar alguns conteúdos daquilo que diz, mas vejo-me impossibilitado dado o baixo nível de os poder aproveitar. E já agora, seguindo neste tom, o aproveitamento do Partido Socialista, no caso concreto por parte do Dr. Tito, do falecimento da Agustina Bessa-Luis, para fazer política contra a Câmara Municipal, é das coisas mais baixas que eu já vi fazer na política, porque é mentira. Porque a Câmara Municipal de Esposende, ao longo dos anos fez várias iniciativas com vista a valorizar o nome desta senhora que muito honra o Município de Esposende, esta é que é a realidade. Aliás, a biografia da Agustina Bessa-Luis, a primeira dos grandes escritores Portugueses, veio ser apresentada onde? Em Esposende.

Um dia destes, ontem ou antes de ontem, a família da Agustina Bessa-Luis quis que a missa do 30º dia fosse em Esposende, ligou para a Câmara para nos envolvermos nesse processo, pelo respeito que tem por nós, só o Partido Socialista em Esposende, na pessoa do Dr. Tito que acredito que nem os outros partilhem da sua opinião sinceramente, é que acha que é assim e que nós não respeitamos a Agustina Bessa-Luis, pois isso não corresponde à verdade, é mentira e temos a maior honra em tê-la tido aqui e ela ter escrito sobre Esposende, tal qual está no livro "Esposende, tempo, lugares e memória", onde tem várias citações daquilo que ela escreveu sobre a nossa terra.

Quanto ao senhor Presidente de Junta Luis Peixoto, a questão dos passadiços eu compreendo a sua revolta senhor Presidente, mas é a mesma que a minha, são do ICNF. Não pregue pregos, não corte vegetação, vamos os dois ao ICNF, porque está a dizer isso como se fosse culpa da Câmara, mas não é, estamos os dois no mesmo barco.

Nós fãrtamo-nos de dizer que aquilo não é nosso, só se eu puser uma placa em cada passadiço a dizer ICNF, eu sou capaz de dar algum do meu bolso para fazer isso e não da Câmara porque não se pode fazer isso. Mas é completamente ridículo, constroem, fazem, impõe montes de regras e quando é para assumir responsabilidades para pagar e para a manutenção, ninguém sabe onde é que eles estão. O que é que as pessoas pensam? É da Câmara, é a Câmara que tem culpa ou então a junta, o que ainda é pior. Isto é completamente absurdo e ridículo, é a realidade com a qual temos que lidar.

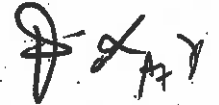
O que lhe posso dizer é que nós estamos a desenvolver um plano, penso que já o disse aqui, um plano de manutenção dos passadiços que temos no concelho e que são da nossa



*responsabilidade. Naturalmente que gostaríamos de incluir os deles também, desde que o Estado no âmbito da transferência de competências nos passasse essa competência e nos desse algum para ajudar e estariam todos impecáveis tenho a certeza absoluta. Claro que, há situações, por exemplo na zona da marginal, naquela zona que está mais para norte da marginal, onde o material não é grande coisa, começa a partir com muita facilidade, o que implica uma substituição integral daquilo, que custa cerca de trezentos ou quatrocentos mil euros. Portanto, o que nós estamos a fazer, a tentar comprar material melhor, igual ao que temos aqui na zona sul, que é totalmente diferente e tentar substituí-lo, temos já um plano para avançarmos com 500/1000 metros quadrados por ano até à substituição integral daquele material que é verdadeiramente fraco. Mas era o que estava na empreitada, que nem foi feita no meu tempo, é o que lá está e acabou. Estamos preocupados com isso, é a imagem do concelho de Esposende e qualquer pessoa que se magoe lá no passado, pensa logo que é culpa da Câmara. E se assim for, nós não queremos que isso aconteça porque é uma imagem péssima do nosso território. Eu só tenho a dizer que o acompanho nessa preocupação e que estamos os dois para a mesma coisa, nós estamos a tentar ter um plano em que consigamos ter receitas para equilibrar, porque também não queremos ir buscar dinheiro de outras coisas para arranjar passadiços, até porque isso cria algum desequilíbrio para aquelas freguesias que não tem passadiços nem essas infraestruturas. Estamos a tentar desenvolver uma ideia para tentar rentabilizar esses espaços, e se a gestão dessas zonas vier para a Câmara, a concessão de determinados pontos ao longo dessas ecovias, pode eventualmente transformar-se numa receita interessante para pudermos fazer a manutenção das mesmas e manter o nível de qualidade onde ele deve estar.*

*Quanto à transferência de competências só para esclarecer, as Juntas, a Câmara e as CIM's estão todas no mesmo patamar diria eu, de receber competências sem saberem muito bem que dinheiro é que vão receber conjuntamente com essas competências, eu diria obrigações e não competências, porque a partir do momento em que ficamos com elas é uma obrigação tratar do assunto. Por mera cautela, nós e nenhum dos outros municípios do Cávado, resolvemos não aceitar nenhuma das competências, assim como a própria CIM e foi aqui dito pelo Sr. Eng.º Luís Macedo, também não as aceitou. As juntas podem aceitá-lo, basta que não façam nada e aceitam-no tacitamente e depois temos que negociar.*

*Há competências que, com toda a sinceridade e está a falar um ex-presidente de junta para um atual presidente de junta, eu acho que devem de ser aceites pelas juntas de freguesia e há outras que eu tenho muitas dúvidas que devam ser aceites, pelo simples facto de serem de difícil execução, nomeadamente quando tender para o lado por exemplo, imagine no espaço público, alguém que não cumpra com a junta de freguesia, um processo contraordenacional que precise de apoio jurídico, já vai ser um problema pois a junta não vai ter um jurista, não sei se me estou a fazer entender... há um conjunto de lateralidades que devem ser bem analisadas. De resto a posição da Câmara, para que fique bem claro, é de total colaboração com as juntas de freguesia e de passar para as juntas aquilo que possa ser melhor exercido pelas juntas e com o melhor efeito junto das populações, com os ganhos de proximidade, da mesma forma que será bom que algumas coisas passem para nós, do Estado também pela proximidade e pela forma como nós lidamos com os assuntos. Portanto, não há nenhuma questão de princípio contra isso, a nossa posição é de colaboração, temos é que ver do que é que estamos a falar e qual é o dinheiro que podemos dar para isso, ou recursos humanos, etc..., para depois não sermos acusados que temos 450 trabalhadores. Nós temos que ver onde é que os podemos colocar e não os transformar em 500, porque se cedermos trabalhadores*



*juntamente com o dinheiro vamos precisar de outros para fazer as tarefas que aqueles estavam a fazer.*

*Quanto à Sra. Deputada Municipal Sandra Bernardina, relativamente às eleições europeias eu só tenho que partilhar a preocupação pelo facto de haver tanta abstenção. Mas isso tem a ver com um conjunto de questões que merecem um seminário por si sós, para serem analisadas. Mas tem claramente a ver com as pessoas não acreditarem nos políticos e todos os dias há boas razões para isso, diria eu.*

*Quanto à rotunda do Minipreço, é verdade que a rotunda foi feita pelas Infraestruturas de Portugal, mas também é verdade que se eu não tivesse feito nada, ela ainda hoje não estaria feita. E isso podem ter a certeza absoluta, eu já o disse aqui e expliquei o processo. Empenhamo-nos muito para que fosse resolvido o problema, sofremos muito na pele as críticas por parte das pessoas pelas infelicidades e pelas tragédias que ali aconteceram, inclusive à perda de vidas naquele cruzamento. Por ventura se me permitem, e vou ter que o dizer, aquela rotunda já devia ter sido construída quando foi feito o Minipreço e não estar tantos anos à espera, mas na altura não o impuseram e tivemos que gramar com aquilo uns 20 anos ou 15, não sei bem ao certo e, portanto, tivemos que ser nós a resolver o problema, essa é que é a realidade dos factos. Com muitas dificuldades, com expropriações de terrenos difíceis, muito difíceis e prometendo à Infraestruturas de Portugal sempre, que se precisassem do nosso apoio financeiro inclusive, nós estaríamos disponíveis, porque era demasiado importante para nós a deixarmos de fazer se faltasse 50 mil euros ou o que fosse. Também posso dizer desde já, que estamos num processo de negociação para a aquisição de terrenos para construir a rotunda de Cepães, junto à Cruz Vermelha. E, portanto vamos tentar mais uma vez, envolver as Infraestruturas de Portugal, colaborarmos nós no processo de aquisição, fazermos uma parceria, porque fruto das cativações levadas a cabo pelo Governo e pelo Ministério das Finanças, o processo de requalificação da Nacional 13, alguém fez essa pergunta e fica já respondida, penso que foi o Dr. Tito, foi abandonado porque não há dinheiro para a fazer. É assim mesmo, esteve previsto para 2015 ou 2016 e foi sendo sempre empurrado e neste momento está para dois mil e qualquer coisa. E nós para não ficarmos à espera da rotunda até essa altura, porque entretanto também podia passar para 2025 ou por aí, resolvemos pressionar para que se conseguisse fazer isso. E por isso é que continuamos a ter as zonas sem os passeios e sem os semáforos que são tão pedidos, etc., mas isso deve-se à ineficácia do Governo e ao facto de ter passado para trás uma obra que estava prevista para 201, em função das cativações que foram efetuadas, e é importante que se diga isto, para se saber a verdade.*

*Quanto à questão do autocarro, daquilo que eu sei relativamente à situação de Fonte Boa, foi feito um procedimento para a compra de um autocarro, esse autocarro foi encomendado e exigia que fosse apresentado um determinado valor, só que entretanto deixou de ser produzido esse veículo. A junta de freguesia juntamente com o centro social, chegaram à conclusão que, uma vez que tinha sido interrompido o fabrico daquele veículo e uma vez que tinham outras necessidades, podiam ir um pouco mais longe e neste momento, do que eu sei, é que está em curso um procedimento para aquisição de uma nova viatura, maior e por ventura o dinheiro de que está a falar nem sequer vai chegar para a aquisição do autocarro e portanto, terá que ser aditado em tempo próprio com as devidas faturas, com tudo isso, o valor que for necessário para a aquisição do veículo que está entretanto prometido à junta de freguesia para serviço da população. Já agora, claro que se o processo não estiver resolvido até à data, as crianças de Fonte Boa têm tanto direito como os outros e a Câmara vai pagar o valor que*



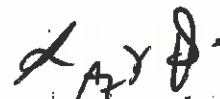
*tiver que pagar para elas irem para a praia, ou para onde tiverem que ir, porque são exatamente iguais aos outros e por não terem um autocarro, não têm que ser penalizadas.*

*Quanto à questão do canal, "máquinas entraram de rompante" ... olhe eu já estava à espera disto há um ano e tal, ainda bem que entraram de rompante agora, porque tantas vezes fui aqui acusado que afinal o canal nunca mais avançava, nunca mais avançava e agora que entraram as máquinas, já entraram de rompante. Não sei se podiam ter entrado mais devagar, mas entraram, está a ser feito o canal, e dizer que é um capricho meu tem piada porque, isto é uma obra apoiada pelo POSEUR que resulta do combate às cheias e inundações no qual nós fomos integrados através da APA, portanto, reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, pelo próprio Ministério do Ambiente, houve empenho pessoal e direto do Sr. Ministro do Ambiente, eu já o disse aqui, que lhe agradei pessoalmente pelo empenho que ele teve nesta obra.*

*É uma obra estruturante para a cidade de Esposende, o capricho do Presidente da Câmara é que, já na altura aquando do PDM de 94 estava prevista uma via e junto à via já se pensava que tinha que haver um canal interceptor. Portanto, eu posso ser o executor, o caprichoso não sou, é planeamento apenas, não tem a ver com mais nada.*

*O que deveriam estar aqui a dizer era que nós tivemos a coragem de avançar com uma obra com uma extensão de cerca de 4,5 km, que cruza mais de 200 parcelas de terreno, que é uma verdadeira loucura, que levou ao atraso, obviamente que sim, fizemos mais de 150 acordos com proprietários de parcelas, cada parcela às vezes tem dez proprietários, conseguimos mais de 150, as outras 50 tiveram que ir para expropriação e esse processo de expropriação, foi extremamente moroso, levou a muito empenho da nossa parte para conseguir ultrapassar todas as burocracias e conseguimos finalmente ter o processo da forma que está. Entretanto, lançou-se um concurso, aprovou-se tudo e temos um projeto de elevado valor para a cidade de Esposende, para o concelho de Esposende, não tenho qualquer dúvida. E aqueles que costumavam ver as suas casas, os seus prédios alagados e que a partir do momento que esta infraestrutura esteja feita e deixem de o ter, não terão com toda a certeza essa opinião.*

*Eu ainda me recordo que após ganhar as minhas primeiras eleições, em 21 para 22 de outubro de 2013, o que eu vi de pessoas revoltadas, até diziam "onde é que anda o Benjamim agora" porque tinha andado há pouco tempo na campanha e depois entretanto, dali a uns dias já estávamos todos atrapalhados com essa circunstância, porque tinham as caves alagadas, etc, até a água chegou a entrar na urgência do hospital de Esposende e por aí fora, teríamos muitas coisas para dizer sobre isso. Portanto, a obra é essencial, foi o maior apoio do Ministério do Ambiente em termos de POSEUR nesta medida, aliás o Sr. Ministro deu-nos a honra de vir assinar esses protocolos aqui ao Auditório Municipal de Esposende, porque foi o maior apoio, os outros eram na ordem dos seiscentos mil euros e para nós foram cinco milhões de euros, incluindo a parte de aquisição dos terrenos, claro que implica um grande esforço por parte da Câmara Municipal, mas é para isso que nós temos o dinheiro que apresentamos no nosso balancete, e que toda a gente fica espantada, porque agora a Câmara tem muito dinheiro. Pois tem, mas também tem catorze milhões de obras em andamento e tem que as pagar. É má gestão porque tem muito dinheiro, se tivéssemos os cofres vazios e não tivesse dinheiro para pagar aos trabalhadores era mau, como temos muito e sabemos poupar e sabemos aplicá-lo nas obras também é mau. Enfim, fica a opinião para cada um, Olhe, eu prefiro ter mais do que ter menos e prefiro ter muito na conta do que não ter nenhum, sendo certo que ele está todo comprometido para as obras que é necessário fazer, tão simples quanto isso. Para mim é de entendimento simples, embora para outras pessoas possa não ser.*



*Quanto às obras paradas, eu não deixo de reparar nisto, acusa-se a Câmara porque aquela empresa tem as obras paradas. Mas é que no tempo do Benjamim Pereira, nós não escolhemos as empresas, nós fazemos concursos públicos, as empresas ganham porque têm o preço mais baixo e vêm fazer as obras. É que isso faz uma diferença muito grande e depois se a empresa eventualmente até estiver numa situação de insolvência como é o caso, mas que apresentou os documentos instrutórios todos como deve ser, nós não podemos fazer nada, a não ser rescindir contratos. Mas rescindir contratos implica voltar a lançar concursos públicos, pode vir outra empresa que também ganhe dentro dos mesmos critérios, porque nós não escolhemos as empresas e voltamos a ficar na mesma situação. E um Presidente de Câmara responsável o que é que tem que fazer? Tentar que a empresa termine a obra, ou que ceda a posição contratual a outra, para não perder tempo nesse procedimento todo, porque são obras que depois carecem de ir outra vez ao Tribunal de Contas, tudo isso que depois leva a atrasos de que me acusam aqui. Portanto, aquilo que nós fazemos é de boa-fé, nós lançamos os concursos, as empresas vêm, as que têm que ganhar ganham, as que têm as melhores condições porque as regras são definidas anteriormente e depois, temos que lidar com elas. É a vida! Mas, no meu tempo é assim que funciona.*

*Quanto à questão do Pérola, da Estação Rádio Naval e do Forte de S. João, foi uma luta de 20 anos para conseguir estes dois últimos edifícios, ninguém se preocupou com o assunto na altura, nós lutamos imenso para os ter. Agora temos os edifícios há pouco tempo, fizemos a limpeza nos dois espaços exteriores, lançamos um concurso para que se venha agora a fechar os edifícios enquanto tratamos dos projetos e, já cai o Carmo e a Trindade que deixamos tudo ao abandono. 20 anos o Estado com os edifícios ao abandono, estava tudo bem, agora que a Câmara conseguiu negociá-los e pagá-los e não deixar dívidas para o futuro, pagamos da estação Rádio Naval novecentos e trinta e tal mil euros e duzentos e quatro mil euros pelo Forte, agora já é um problema. Mas é que nós ainda não paramos, desde que o edifício ficou na nossa mão, iniciamos os procedimentos todos para a limpeza, para a vedação do edifício, para a sua reabilitação, estamos a definir o programa com as entidades, com algum sarcasmo aqui foi dito, mas é a Universidade do Minho na mesma, temos acordos com eles e vamos cumpri-los, vamos definir um programa e vamos ter dois espaços de excelência, no nosso concelho, ligados ao ensino superior e à divulgação científica, que foi para isso que eles ficaram na nossa mão, não foi para satisfazer interesses privados como era também apanágio de outros que defendiam outras soluções para estes espaços e eu sempre disse que estes espaços são para estar ao serviço das populações e com carácter público.*

*Quanto ao prédio em Apúlia, quando saiu aquela notícia, isso quis dizer o quê? Quis dizer que o edifício passou para a esfera da Câmara, foi feita uma escritura porque alguém tinha em tempo comprado um terreno e nunca fez a escritura, ficou apenas pelo contrato Promessa Compra e Venda, e eu não podia fazer nada, nem sequer legalizar o edifício. Depois de uma longa batalha jurídica e de um processo de insolvência, de um problema gravíssimo, penso que é Gonçalves e Pinto o nome da empresa que tinha construído o edifício ao lado e contruiu aquele também, aquele edifício acabou por vir para a esfera da Câmara. A partir desse momento eu tinha duas opções, ou demolia o edifício, ou tentava legalizá-lo e rentabilizá-lo para a Câmara. Eu optei por tentar legalizá-lo e rentabilizá-lo para a Câmara. Tão simples quanto isso, se eu poder ir buscar ali trezentos mil euros para a Câmara, para depois satisfazer as necessidades dos meus Presidentes de Junta, por um capricho ia demolir o edifício? Ainda tinha que pagar aos outros fulanos todos do prédio porque ia deixar a fachada do prédio deles por acabar, porque no sítio onde está aquele, como é evidente a fachada iria*



*ter que ser reabilitada, ou seja, em vez de ganhar dinheiro, a Câmara ia perder dinheiro tinha que pagar a demolição e depois ia ter que arranjar o edifício das pessoas que lá estão no edifício atrás que está devidamente legalizado. Mas eu não penso assim, eu pensei em rentabilizar o edifício para conseguir dinheiro e há-de ser vendido em Hasta Pública se Deus quiser, para quem tiver dinheiro, que o vá lá comprar e que façam o que quiserem dentro da tipologia que foi aprovada, porque entretanto esteve a decorrer o processo de legalização junto da Comissão de Coordenação e da APA e já temos o parecer favorável, e por isso é que estas coisas demoram tempo, porque aquele edifício, com estas questões todas do POOC, etc, é uma situação de enquadramento bastante difícil, mas conseguimos, está em domínio privado e não em domínio público, porque tinha sido feita uma delimitação do domínio público naquela zona, está em domínio privado e está neste momento em condições de se poder lançar uma Hasta Pública para a sua alienação.*

*Quanto à questão do incêndio no prédio, a informação que eu tenho por parte dos bombeiros é de que, não houve qualquer tipo de problema, o acesso no combate a este tipo de incêndios é feito pelas escadas e era apenas uma situação complementar e portanto isto não configurou nenhum problema. Contudo, não deixa de ser uma questão até que deve ser considerada no âmbito dos licenciamentos das esplanadas, assim como, todos os objetos que se colocam no meio da rua, por exemplo numa Rua 1º de dezembro, se houver um incêndio, é preciso ter algum cuidado com as floreiras, com objetos que são de difícil deslocamento se me permitem, porque pode impedir o acesso de viaturas de combate a incêndios. Portanto, isso é uma preocupação, nós temos bons, excelentes técnicos nessa área na Câmara e com toda a certeza essa questão será acautelada.*

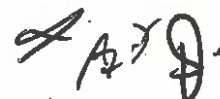
*A questão dos animais, eu percebi nas palavras que havia uma ridicularização das ações da Câmara enfim, mas isso fica do lado de quem o diz, nós achamos que estamos a fazer um bom trabalho, a ter uma atitude contemporânea relativamente aquilo que é o pensamento em relação aos animais e vamos continuar a fazê-lo desta forma.*

*Quanto à renovação do acordo com a SUMA eu sugeria sinceramente que peça os relatórios trimestrais à Esposende Ambiente, que eles têm relatórios trimestrais de acompanhamento da prestação do serviço e podem dizer aquilo que tem sido feito, ou não, não é da minha competência fazê-lo.*

*Quanto à questão da areia, da remoção, obras Polis, dizer que é uma obra da Polis, portanto não é uma obra da Câmara Municipal e é feita debaixo de duas condições:*

- primeira quando o ICNF deixa fazer, porque há regras muito concretas quanto ao momento em que se pode ou não intervir nestas zonas sensíveis, como são aquelas e,*
- quando as condições climáticas o permitem.*

*Eu gostava muito de fazer a obra no inverno que não ia implicar com a época balnear, o problema é que no inverno não é possível fazê-la, porque o mar anda ali a galgar aquela zona toda. Ou seja, é assim, não tenho mais nada que dizer, já agora, a empreitada é aquela que falou, era a empreitada inicial que a empresa ABB não tinha conseguido concretizar e que depois, em função de uma nova solução apresentada em função também da areia que encostou para aquela zona do molhe, fizeram uma nova sugestão, foi aprovada pela DGRM que era um dos financiadores da obra e portanto, foi feita a intervenção, foi colocada areia na praia de Cepães e na praia do Suave-Mar, e na minha ótica bem, porque é melhor do que lançá-la para o meio do mar que se ia perder. Pelo menos ali naquelas praias há melhores condições. Aliás, aquilo não era uma obra de dragagem propriamente dita, era de reposição de areias, ou de alimentação das praias, é assim uma coisa.*



*Quanto à questão das freguesias, qual seria o posicionamento da Câmara, é muito simples, nós sempre o dissemos, nós somos a favor da desagregação das freguesias.*

*Farei tudo aquilo que estiver ao meu alcance para que as freguesias fiquem sozinhas.*

*Sempre disse isso, sempre o defendemos; tivemos a coragem de o fazer contra o meu partido na altura, aqui nesta Assembleia, toda a gente votou aqui favoravelmente contra a agregação das freguesias, nem sequer apresentamos nenhum mapa com as freguesias conforme nos era exigido, mas nós dissemos que não e portanto a minha posição é tão simples quanto isto, não outra vez e portanto sou a favor da desagregação e farei tudo aquilo que estiver ao meu alcance, já disse aqui uma vez que a minha intenção era dar oportunidade às freguesias para se pronunciarem através de um pequeno referendo se me permitem, porque até pode haver alguém que não queira e portanto dentro das condições. Sendo certo que, daquilo que percebi da Lei, algumas freguesias ficariam aqui numa situação delicada e portanto implica que a proposta seja alterada, para que todas tenham autonomia para voltar à situação inicial, é assim que eu vejo as coisas.*

*Centro de Negócios está adjudicado, deve começar dentro de 15 dias. Já gora, não pagamos nenhuma renda há mais de um ano, só para clarificar que não andamos a pagar rendas sem utilizar o edifício.*

*Loja Social foi efetuada a escritura, contamos até ao final de agosto ter a mudança efetuada para o novo local.*

*Quanto à venda do campo do Fão, nós estivemos presentes num momento único, não andamos a interferir com aquilo que é a relação entre o Sporting de Braga e o Clube de Futebol de Fão, sugiro que façam a pergunta aos elementos da direção do Fão que estarão melhor informados com toda a certeza em relação ao que se está a passar.*

*Do senhor Deputado Municipal Tito Gaifém, do que eu sei, o mail que enviou já foi encaminhado para o ICNF, o assunto tem a ver exatamente com eles, mais uma vez passadiços, mas não são da nossa responsabilidade.*

*O Canal está em execução.*

*O PARU estava a dizer que eu disse, aí a dada altura que fizemos coisas que nem sequer estavam previstas e fomos muito para além daquilo que eu tinha prometido, e é verdade. Porque começamos a trabalhar em projetos que não tínhamos prometido às pessoas, começamos a trabalhar neles, mas isto é como tudo na vida, eu não posso fazer uma obra sem ter previamente um projeto feito. Quando eu digo começamos a trabalhar nesses projetos, não quer dizer que estamos a executar a obra, às vezes até podemos estar, mas o caso do Canal, era um projeto que surgiu de uma circunstância, uma possibilidade que nos surgiu e nós candidatamo-nos para executar essa obra. Nunca na minha vida imaginava, nem teria coragem para pôr num programa eleitoral que ia fazer o Canal, como é que eu podia dizer isso, lá sabia eu que ia aparecer essa oportunidade. Apareceu, tivemos que agarrar essa oportunidade e fizemos. Quando se diz estamos a trabalhar é preciso ler bem e perceber o que é que se diz. Estamos a trabalhar nessa área, estamos a desenvolver projetos, ou estamos a promover reuniões para perceber o que é que podemos fazer, não quer dizer que estejamos a executar, tudo tem um caminho, é como o caso que eu falei agora do Forte, neste momento já temos o edifício, sem ele não valia a pena andar a pensar noutra coisa. Já temos um acordo com a instituição, estamos a definir um programa, contratamos uma empresa projetista para nos fazer o projeto para lá, ou tentamos fazê-lo com os meios internos, como temos feito alguns e quando tivermos o projeto pronto, andamos em cima do financiamento, quando houver financiamento fazemos a obra, isto não tem segredos.*





*É assim que se deve fazer, na minha ótica a não ser que tenhamos recursos próprios e possamos avançar diretamente com a implementação das obras.*

*O PARU é exatamente a mesma coisa, ainda hoje temos, aí à frente uma alteração em termos orçamentais para poder dar andamento aos concursos, estivemos a desenvolver os projetos, entregamos as candidaturas até ao final do ano que era o "deadline" que tínhamos, foram aprovados já a maioria deles, só faltam dois mas são questões nossas até, de entrega de documentos, entretanto os que já estão aprovados vamos lançar os concursos, dentro de oito dias saem dois ou três concursos do PARU para serem executados, para começarmos em outubro, porque durante o verão não vamos começar a fazer obras num espaço público, toda a gente compreende isto, mas entretanto decorre o período de concursos que é sempre três ou quatro meses, com o Tribunal de Contas, iniciamos para terminar antes do verão que vem. É mais ou menos esta a planificação que está feita para a Alameda, porque também tem lá como sabe o evento ligado ao marisco e à cerveja e como é evidente não vamos começar as obras e impedir de fazerem lá a festa por exemplo, ou outras coisas, isto tem que ser tudo programado para tentar cair fora destas alturas.*

*Escola Secundária Henrique Medina está em andamento.*

*Parque da Cidade a mesma coisa tivemos agora o parecer favorável do ICNF, desenvolvemos o projeto, já estamos numa fase mais avançada, apresentamos para parecer, um dia destes vai ser feita a apresentação pública do projeto já com as matrizes validadas pela Comissão de Coordenação e pelo ICNF, portanto são coisas difíceis, muito complexas, em zonas muito sensíveis junto ao rio.*

*O estudo da ponte pedonal também está em andamento, contratualizamos um projetista, está neste momento a ser feito um estudo que também será apresentado em breve, aliás o pedido que foi feito à Comissão de Coordenação já incluía lá o desenho da ponte, mas naturalmente que é um estudo prévio, não é o projeto de execução, portanto é suscetível de ser adaptado.*

*E de resto, relativamente às obras, podem fazer as críticas que quiserem, mas lembrem-se de uma coisa, não há memória nesta Câmara Municipal, nós estamos neste momento em execução de catorze milhões de euros em obras.*

*Podem-me acusar do que quiserem, dizer o que quiserem, catorze milhões de euros em obras, está aí na informação escrita, se quiserem olhar para isso entre obras que são do município e obras da Polis, é disso que estamos a falar.*

*Também é verdade que estamos a conviver com os maiores orçamentos de sempre, estamos a falar de um orçamento na ordem dos trinta milhões, trinta e um milhões, quando eu cheguei aqui, quando eu assumi a Câmara o orçamento era de dezassete milhões e tal, estamos a trabalhar doze milhões acima por ano, daquilo que era quando eu aqui cheguei. Enfim, cada um tem a sua opinião, podem dizer que eu não faço nada, nós não fazemos nada, o que eu sei é que nós andamos assoberbados com trabalho, todos, toda a minha equipa, todos os técnicos da Câmara a quem eu faço a minha vénia já agora, ao contrário do que dizem que é muita gente, mas são poucos para o trabalho que temos e para aquilo que são as dinâmicas que nós impomos na Câmara Municipal e portanto, os números falam por mim, não tem a ver com aquilo que se possa dizer lá fora, a verdade é que, temos contas saudáveis, na última reunião de Câmara tínhamos sete milhões e quatrocentos mil euros no nosso balancete, temos orçamentos de trinta milhões e temos obras de catorze milhões de euros e isso é que fica a contar.*

*Muito obrigado!"* -----

Terminada a intervenção do Senhor Presidente para responder às questões sobre a informação escrita, o Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Deputado Municipal Tito Evangelista acerca da informação escrita, nos seguintes termos:

*“Está previsto no Regimento e na Lei 75/2013, de 12 de setembro, na alínea c) no número 2 do artigo 25º, que compete à Assembleia Municipal “apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal” e, o nosso Regimento que terá que ser alterado prevê no artigo 42º que “em cada sessão ordinária, haverá, sucessivamente, um período de “Antes da Ordem do Dia”, um período para a informação escrita do presidente da Câmara, um período de “Ordem do Dia” e um período de “Intervenção do Público””. O Regimento também diz no número 7 do artigo 57º que “à Câmara Municipal cabe o direito de encerrar o debate do período de Antes da Ordem do Dia”. Portanto, a Mesa limita-se a cumprir o que está na Lei e no Regimento, bem ou mal, é o que está. Sempre foi assim e o Regimento está assim porque a Lei o impõe, portanto não há aqui nenhuma vontade da Mesa, como sempre disse, a Mesa não tem aqui vontades cumpre o que está na Lei.”*

De seguida o deputado municipal Tito Evangelista pediu para usar a palavra, tendo sido questionado pelo Presidente da Assembleia para que efeito pretendia usar a palavra terá o mesmo respondido que seria para defesa da honra uma vez entendia que o Senhor Presidente da Câmara teria feito insinuações e afirmações a seu respeito, ao que o Presidente da Assembleia respondeu:

*“Senhor Deputado eu vou ler o que diz o artigo 54º do Regimento “sempre que um membro da Assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração” portanto, o que eu gostava de dizer é que quando os senhores deputados estão a fazer a intervenção e insinuam e falam e referem afirmações porque estão no uso da liberdade de expressão, vou ser sincero, às vezes até no limite do urbano, daquilo que no âmbito da discussão política se deve dizer e os senhores deputados fazem as afirmações em relação ao senhor Presidente da Câmara no uso da liberdade de expressão e depois, quando o senhor Presidente da Câmara também tem o direito de usar da liberdade de expressão já não pode responder e não pode fazer as afirmações.*

*Senhor deputado, qual foi a expressão usada pelo senhor Presidente da Câmara que considera ofensiva da honra?”*

O deputado municipal Tito Evangelista interveio dizendo:

*“Em primeiro lugar, disse que existiam queixas anónimas”*...

O Presidente da Assembleia interrompeu dizendo:

*“Senhor deputado, isso não é uma expressão ofensiva, não vale a pena entrarmos aqui em discussão, a Mesa é soberana e se discordarem da Mesa podem pedir ao Plenário para se pronunciar, no limite até podem destituir a Mesa, portanto o Plenário é que é soberano, nós simplesmente estamos a usar aquilo que o Regimento diz, mas eu não vou entrar em mais discussões, o senhor deputado tem dois minutos para intervir e dizer o que bem entender e posteriormente passarei também a palavra ao senhor Presidente da Câmara para poder responder.”*



O deputado municipal Tito Evangelista voltou a intervir dizendo:

*“Queria dizer ao Plenário que, quando virem queixas anónimas não são da minha autoria, porque eu nunca fiz queixas anónimas nem faço. Eu quando fizer alguma queixa identifico-me claramente e portanto, não vejam fantasmas onde eles não existem porque comigo não há queixas anónimas.*

*Queria dizer também que quanto ao nível das minhas intervenções eu não considero que sejam de baixo nível, agora acredito que seja diferente daquilo que o senhor Presidente da Câmara está habituado e que a maioria estava habituada. Agora não podem querer é uma oposição muda, ou uma oposição que seja uma espécie de papagaios e caixa-de-ressonância do que diz o poder, não é essa a nossa posição.*

*Quanto à questão do Partido Socialista ter uma teia e dos membros do Partido Socialista meus colegas de partido estarem envolvidos numa operação de teia, não é o Partido Socialista que tem o exclusivo de ter pessoas e autarcas envolvidos em problemas com a justiça, basta-nos lembrar do Presidente da Câmara da Guarda, Álvaro Amaro e portanto aí, acho que todos deviam ter uma contenção e não estou a dizer que no Partido Socialista são todos honestos, o partido Socialista tem pessoas honestas e desonestas como tem o PSD e todos os outros e portanto dizer que é o meu partido, eu também me sinto no dever enquanto líder do partido, de defender a honra do meu partido. O Partido Socialista é um partido de gente honesta, pode ter desonestos, como têm os outros partidos.*

*Quanto à questão do aproveitamento político que eu fiz relativamente à morte de Agustina Bessa-Luís, na minha opinião, fazer aproveitamento político é dar-lhe uma medalha de ouro agora que ela morreu, quando devia ter sido dada quando ela era viva e foram alertados para isso.*

*É tudo senhor Presidente.”*-----

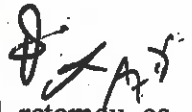
De seguida, o Presidente da Assembleia deu ao senhor Presidente da Câmara a possibilidade de dar explicações, pelo mesmo período de tempo. O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo não ser necessário, pois não tinha nada para explicar.

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o voto de pesar a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado:

**PONTO 1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA ESCRITORA AGUSTINA BESSA-LUÍS.**-----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS, PELO FALECIMENTO DA ESCRITORA AGUSTINA BESSA-LUÍS.**-----  
**MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.**-----

De seguida, pelas 00 horas e dez minutos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos por cinco minutos, para que as respetivas bancadas discutissem e analisassem as recomendações apresentadas e distribuídas pelos líderes políticos.



Pelas 00 horas e 20 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia.

Colocadas à votação, obtiveram-se as seguintes votações:

**PONTO 2 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA A AGILIZAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RIO NEIVA COMO INSTITUIÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DE FORMA A EVITAR O ESTRANGLAMENTO DO SEU FUNCIONAMENTO.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, COM 16 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 2 ABSTENÇÕES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ E 11 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE ANTAS E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO.-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O nosso voto é contra não tendo, contudo, nada a ver com a acção da Associação Rio Neiva e o mérito que esta associação tem, muito menos traduz um juízo de valor sobre a sua certificação, ou não, como Instituição de Interesse Municipal. Votamos contra pois achamos que este processo merece uma atenção especial e ser bem instruído pois ficam-nos divididas sobre esta matéria e, acima de tudo, era nosso desejo que não fosse um processo de cunho meramente político.”*-----

Pelo Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto favoravelmente desde que se cumpram e sejam salvaguardados os requisitos para o edifício.”*-

**PONTO 3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PELA TRANSFERÊNCIA PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESPOSENDE DE 50% DO VALOR DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO NA RELAÇÃO DO VALOR GERADO EM CADA FREGUESIA.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS, COM 16 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 2 ABSTENÇÕES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ, E 11 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE GEMESES E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO.-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O nosso voto é contra pois entendemos que existindo outras taxas referentes a Direitos de Passagem e*

*Ocupação de Subsolo, deveria ser objecto de auscultação de todos os senhores Presidentes de Junta e haver, caso seja esse o entendimento geral, uma proposição única. Somos contra posições casuísticas nesta matéria.*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto a favor desta proposta em alinhamento com a responsabilidade que invoquei na análise e na votação da proposta e recomendações nesta Assembleia e tem a ver com o seguinte, se eventualmente houver custos imputados a obras ou a danificações, como foi aqui referido que tenham a ver com este tipo de infraestruturas e com este tipo de obras, em proporção, também sejam imputados os custos às juntas de freguesia. Porque se houver naturalmente é a Câmara que tem que assegurar a recomendação neste caso, se existir a necessidade de arranjar determinadas obras que fiquem mal executadas, que o custo seja imputado em proporção também, à junta de freguesia.*-----

**PONTO 4 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PELA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO E DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE CEDOVÉM E DAS PEDRINHAS, NO ÂMBITO DA ADAPTAÇÃO DO POOC.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELA COMISSÃO PERMANENTE, ONDE ESTÃO REPRESENTADOS TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS COM REPRESENTANTES ELEITOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Terminadas as votações das Recomendações apresentadas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal entrou no Período da Ordem do Dia, informando nos termos regimentais o público presente que se podia inscrever para intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão.

**02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**02.01 – APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.**-----

De harmonia com o ofício nº 28/SAOA/2019, de 21 de junho, do Presidente da Câmara Municipal, foi presente na sessão, para conhecimento, os Apoios concedidos às Juntas de Freguesia durante o último semestre, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.02 – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS - PARA CONHECIMENTO, DE**

**ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA  
SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----**

De harmonia com o ofício nº 26/SAOA/2019, de 21 de junho de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, os pedidos de isenção de taxas e de ratificação de pedidos de isenção de taxas, concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do ponto 2.3 das medidas provisórias aprovadas na sessão de 30 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.03 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE  
CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO - PARA CONHECIMENTO,  
DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE  
INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----**

De harmonia com o ofício nº 27/SAOA/2019, de 21 de junho de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, contratos de investimento ao abrigo do regulamento de concessão de incentivos ao investimento, de acordo com o artigo 11º do regulamento de concessão de incentivos ao investimento. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

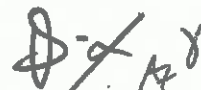
**02.04 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2019 - DA  
ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. – PARA  
CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE  
AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de junho de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Execução Orçamental – 1º Trimestre de 2019 da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.05 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2019 -  
ESPOSENDE AMBIENTE, EM – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO  
ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA  
LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de junho de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Execução



Orçamental – 1º Trimestre de 2019 da Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**02.06 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2018, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.** -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de junho de 2019, foi presente na sessão para deliberação, o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende, relativo ao Ano de 2018. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto. -----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 2 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PCP E DO CDS-PP E 3 VOTOS CONTRA. DOS MEMBROS DO GRUPO POLITICO DO PS, APROVAR O RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2018. -----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida, Jaqueline Casado Afonso Areias. -----

Pelo membro do Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos favoravelmente uma vez que se trata de um procedimento administrativo e legal, tendo por base um documento técnico sobre o qual já fizemos em devido tempo as respetivas análises e considerações, nomeadamente na apresentação de contas da Câmara Municipal relativas a 2018. Só por isso votamos favoravelmente. Quanto às empresas municipais, tal aprovação é feita pelas respetivas Assembleias Gerais”* -----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra por quanto as contas do Grupo Público do Município de Esposende não estão corretas, como se constata do relatório do Revisor Oficial de Contas da empresa Esposende Ambiente.”* -----

**02.07 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO ÂMBITO DA LEI Nº 50/2018.** -----



De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de junho de 2019, foi presente na sessão, proposta a propor à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 30º da Lei nº 50/2018, de 16.08 a manifestação, enquanto município integrante da Comunidade Intermunicipal do Cávado, da não aceitação por esta, para o ano de 2020, das transferências de competências estabelecidas nos diplomas legais mencionados na mesma. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 1 ABSTENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GEMES E 4 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLITICO DO PS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANIFESTAÇÃO, ENQUANTO MUNICÍPIO INTEGRANTE DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, DA NÃO ACEITAÇÃO POR ESTA, PARA O ANO DE 2020, DAS TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NOS DIPLOMAS LEGAIS MENCIONADOS NA PROPOSTA APRESENTADA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Remetemos para a declaração de voto que fizemos em propostas similares que já vieram à Assembleia e pelo erro que entendemos que está a ser o comportamento da maioria. No entanto, para além disso, não posso deixar de referir, porque já o fiz da primeira vez e porque o erro se repete o que achamos uma falta completa de consideração por esta Assembleia Municipal e por este Município, que o senhor Presidente da Câmara na página 3 da sua proposta, comece o segundo parágrafo a dizer: “O PSD sempre defendeu o princípio da subsidiariedade”, isto é o município, não é o PSD e o senhor Presidente da Câmara trata a autarquia e o partido como se fosse uma e a mesma coisa. Já é a segunda vez que eu chamo a atenção disto e repete-se a mesma coisa. Nós estamos na Assembleia Municipal de Esposende, não estamos na sede do PSD a aprovar propostas do partido. Nós somos eleitos deputados municipais, não somos eleitos deputados do PSD e portanto, é uma falta de respeito, uma falta de consideração, já aqui foi chamada a atenção. Apesar de não ser uma proposta nova porque tem a data de 25 de março de 2019, é a mesma coisa e acho que há que haver um bocado de respeito pelos deputados municipais e pelos munícipes.”*-----

**02.08 – APROVAÇÃO DE REVISÃO ORÇAMENTAL DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----





De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de junho de 2019, foi presente na sessão, para aprovação, Revisão Orçamental dos Documentos Previsionais para o ano de 2019 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto, tendo em suma referido:

*“Considerando o timing em que foram aprovadas as nossas candidaturas para o PARU, vemo-nos obrigados a que a execução da obra não se consiga concretizar durante o ano de 2019 e portanto, isto implicou para evitar depois mais atrasos em termos de submissão dos vários processos ao Tribunal de Contas, implicou que reforçássemos para anos seguintes as verbas que alavancam financeiramente estas intervenções. É um procedimento simples, não tem nada de complexo e só toca essencialmente nestes três projetos, já agora:*

- *reestruturação da praça central de Esposende, ou Largo Rodrigues Sampaio;*
- *reestruturação e requalificação da Alameda do Bom Jesus em Fão;*
- *requalificação do Campo S. Miguel e recuperação do espaço verde e central em Marinhas.”-*

Questionados os senhores deputados municipais e presidentes de junta se tinham algum pedido de esclarecimento a colocar, pediu para intervir o senhor deputado municipal do CDS-PP, nos seguintes termos:

*“Gostava só de saber no que respeita à Alameda do Bom Jesus em Fão se ela é do domínio público, ou do domínio privado, se me pode esclarecer relativamente a essa matéria ou não, era importante saber.”* -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos:

*“Eu não tenho aqui acesso ao património, à documentação se é que existe, ou se foi uma integração no domínio público, mas presumo que seja do domínio público, porque foi apresentado sempre nessa presunção, de que se trata de domínio público, num espaço público, para intervenção. Se assim não for, se se tratar de espaço privado, tem características de utilização pública há décadas, ou há séculos talvez.”* -----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 20 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO PCP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 5 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO CDS-PP, E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, APROVAR A REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O CORRENTE ANO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedido, José Agostinho Veloso da Silva. -----



Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra pelas seguintes razões, em primeiro lugar porque o orçamento era mau, como nós na altura o referimos e não é com estas alterações que o deixa de ser. Depois, porque algumas das obras previstas nele uma porque discordamos, que é o caso do arranjo no Largo Rodrigues Sampaio em Esposende, naquela zona, discordamos da obra proposta conforme foi apresentada, votamos contra e também porque no caso da freguesia de Fão, na Alameda do Bom Jesus é preciso ter cuidado conforme vai ser feita a intervenção dadas as dívidas que existem, ou pelo menos sem consentimento dos proprietários daqueles terrenos. Aqueles terrenos foram objeto de escritura de usucapião, foi publicada nos jornais locais, foi registada na conservatória e é preciso ter cuidado, para depois não haver problemas mais tarde, que se virem contra o Município relativamente aquele arranjo. É possível se calhar arranjar aquilo de um outro modo, com um protocolo com a Irmandade, dando um subsídio à Irmandade, mas não sendo a Câmara a dona da obra, porque isso poderá trazer problemas sérios em termos de, ou de paragem da obra, ou problemas futuros para o Município.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Pese embora se trate de um procedimento administrativo tendo por base uma decisão política, não podemos votar favoravelmente a proposta, uma vez que, embora concordemos com as intervenções em causa, não concordamos com o âmbito e soluções preconizadas nomeadamente na zona central de Marinhas e na requalificação do Largo Rodrigues Sampaio.”*-----

**02.09 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE INTERPRETAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de abril de 2019, foi presente na sessão, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proposta para que a Assembleia Municipal interprete aquela decisão tomada a 12 de Dezembro de 2017, como tendo âmbito de aplicação, apenas e só, para as ocupações de espaços públicos com esplanadas e publicidade que com elas estivesse conexas e desde que afixada no local onde o anunciante exerce a atividade e estivesse instalada a esplanada. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DO PCP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DE INTERPRETAR AQUELA DECISÃO TOMADA A 12 DE DEZEMBRO DE 2017, COMO TENDO ÂMBITO DE APLICAÇÃO,**

*A. A. Y.*

APENAS E SÓ, PARA AS OCUPAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS COM ESPLANADAS E PUBLICIDADE QUE COM ELAS ESTIVESSE CONEXA E DESDE QUE AFIXADA NO LOCAL ONDE O ANUNCIANTE EXERCE A ATIVIDADE E ESTIVESSE INSTALADA A ESPLANADA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque entendemos que não é utilizando o artigo 9º do Código Civil quanto à questão da interpretação que este problema se resolve.*

*O artigo 9º do Código Civil e a interpretação da intenção do legislador não é compatível com a alteração profunda que foi feita ao texto da norma. A norma teria que ser alterada, com uma outra redação, provavelmente aquela que a Câmara pretende, mas isso não se resolve, não pode eliminar metade do texto da norma e excluir uma quantidade de elementos previstos nessa norma e depois dizer que está a interpretá-la. Não é isso que diz o Código Civil, e isso poderá levar a problemas jurídicos sérios, porque na minha opinião não é esta a forma de resolver o assunto. A forma teria que ser por uma proposta de alteração ao Regulamento que existe relativamente à questão de isenção das taxas para instalação de esplanadas.”-----*

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos porque entendemos que esta é uma questão de direito e portanto deve ser tratada nesse âmbito.”-----*

### **03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

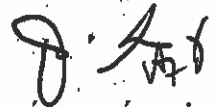
De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Interveio o Sr. Luís Viana que em síntese disse:

*“Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhor Presidente da Câmara e seu executivo,  
Senhores Presidentes da Junta,  
Senhores Deputados Municipais,  
Boa noite a todos,*

*Vou só deixar umas palavras que me pediram, vieram-me dizer que a Assembleia Municipal era dia 27, perguntaram-me se eu costumava vir cá e pediram-me para dizer umas coisas, eu disse que só podia intervir no período do público e é isso que eu vou fazer.*

*Um das pessoas que vivem ali no Caldeirão, naqueles monoblocos que se chamam de apartamentos, vieram-se queixar que aquilo está tudo a rachar, precisa de pintura, o telhado que está fraco e eu respondi-lhes, segundo me consta isso anda tudo “a Lagardère” ninguém quer pagar os condomínios, a obra não foi executada nesta Câmara e portanto foi tudo feito “a Lagardère”. Eu até lhes disse, noutras tempos estava previsto para essa zona uns T0, T1, T2, T3 e T4 que era para abranger todo o tipo de pessoas, casas equivalentes às do bairro Losa de Faria e, isso foi uma questão política de tirar quase todas as pessoas do centro de Fão, para virem para aqui e naqueles módulos, acomodam-se quase sete ou oito pessoas e*



*alguns com quatro cães lá dentro. Eu só vou fazer essa observação, mas o certo é que vós sois os culpados porque não contribuis para que realmente a Câmara ajude e faça essas obras.*

*Outra preocupação é uma pergunta para o Senhor Presidente da Câmara muito simples e não agressiva, há lá pessoas que já têm ligado o gás e há mais duas que pretendem ligar, mas há um dos moradores que, logo no primeiro módulo do rés-do-chão (mora lá) não autoriza que a caixa de ligação seja colocada perto da parede dele.*

*Está a impedir que outras pessoas tenham gás.*

*Eu até lhes disse, as juntas não têm poder jurídico para poder tratar desse assunto, mas já que vou lá eu falo com a Câmara para ver se têm alguma resposta para poder dar a isto e para que essa pessoa autorize fazê-lo.*

*Também só mais um aparte, eu se fosse presidente de junta nesta altura, não admitia que ninguém reivindicasse por mim, porque isso era fazer de mim parvo.*

*É só isso!"*-----

Interveio de seguida a segunda inscrita Sr.<sup>a</sup> Maria Augusta Almeida que em síntese disse:

*"Boa noite a todos,*

*É só para esclarecer que, só pedimos para ser ouvidos e recebidos, mas já valeu a pena vir aqui, só para ouvir o parecer do Senhor Presidente, só foi pena que tivesse demorado dois anos e meio e tivesse que ser eu a tomar esta atitude.*

*Agradecemos sempre todo o apoio da Câmara, que nos têm dado desde há muito tempo e nós também estamos sempre presentes nas iniciativas promovidas pela Câmara, sempre.*

*Nunca pedimos apoio monetário para este projeto, por isso não vale a pena sequer falar em tostões, nem em milhões, porque nós não pedimos.*

*Infelizmente, infelizmente, realmente recebemos uma verba da EDP.*

*Mas, se não concordava com o projeto porquê a compra e atribuição de um terreno para esse efeito?*

*E agora vai-nos receber?*

*Obrigada."*-----

Terminadas as intervenções do público o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo prestado esclarecimentos nos seguintes termos:

*"Senhor Luis Viana,*

*Só para lhe dar nota que nós temos tido uma atenção muito grande aos vários bairros sociais que temos no nosso concelho, nomeadamente aqui em Esposende, em Fão, Apúlia e também em Palmeira de Faro.*

*A nossa vontade e intenção, sempre o disse, era de requalificar os bairros todos obviamente que nós também não podemos fazê-lo, porque são privadas a maior parte das frações e portanto não temos sequer autonomia, ou legitimidade para o fazer, isto teria sempre que obedecer a uma lógica de organização em condomínio, ou associações de moradores e depois distribuir os valores em função da permutagem, vamos dizer assim, sendo que o Município é proprietário de algumas frações e também teria o seu encargo correspondente. Sempre foi dito, que reconhecendo as condições difíceis de alguns desses edifícios já em deterioração, a nossa vontade era avançar nesse sentido.*

*Demos alguns passos, relativamente a Esposende substituímos as coberturas que era a maior*



*queixa que tínhamos e desenvolvemos um projeto integral para a requalificação de todo o edifício e estamos neste momento a estudar soluções, sendo certo que assinamos um acordo com os proprietários no sentido de eles assumirem as tais responsabilidades que têm que assumir naquela parte da obra, quanto ao resto estamos a tentar também agora e está aqui uma nova situação que pode vir abrir aqui uma nova oportunidade, vamos ver, com outras entidades que se podem candidatar e isto reduziria a correr bem, um encargo para 30%, ou seja, candidatavam-se tinham 70% de apoio e nós (Câmara e moradores, na totalidade) teríamos que colocar 30%.*

*Estamos a estudar a situação.*

*Aquilo que é para Esposende, é para Fão e para Apúlia e para Palmeira tal como eu já tinha dito, tendo em conta o estado de conservação de cada um dos imóveis, não terá que ser feita a mesma intervenção em todos, como é evidente.*

*Os serviços sociais da Câmara têm acompanhado essas situações, fizemos lá uma pequena intervenção a nível da cobertura, que até resultou de um dia que lá fomos fazer uma inauguração na Rua Serpa Pinto e os moradores vieram-nos falar novamente desse problema e nós fizemos essa intervenção.*

*A nossa intenção era começar eventualmente pelas coberturas e resolver o problema.*

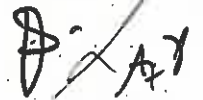
*Portanto, o que é que eu queria que ficasse bem claro, temos acompanhado os assuntos, os nossos técnicos têm estado em contacto permanente com essas pessoas, é preciso que se organizem efetivamente como o senhor disse e muito bem, em condomínios, ou em associações de moradores e depois possamos desenvolver um projeto em conjunto e tentar encontrar o financiamento respetivo.*

*Aqueles que tiverem condição social deficitária, terão o apoio municipal tal qual, que pode ser através da Câmara ou da Esposende Solidário, aqueles que tiverem a vida um pouco melhor, de acordo com a tabela de critérios de avaliação das condições, terão que participar do bolso, tal qual como qualquer um dos mortais que está dentro desta sala, porque não queremos diferenciar as pessoas que lá estão, das outras, só podemos diferenciar pela condição social, diferenciar, no sentido de apoiar aqueles que são mais desfavorecidos entenda-se.*

*Quanto à questão do gás natural de que falava, enfim, tentando recordar aqui um pouco daquilo que é o código civil, do que me lembro, se forem espaços correspondentes a frações que possam ser considerados privados, como é a parte da fachada que está na zona do apartamento em causa, eu presumo que a pessoa possa não autorizar.*

*Mas há áreas comuns do prédio, nomeadamente as caixas de escada.*

*Eu já fiz alguns projetos de gás, mas eu sugeria que a empresa tentasse encontrar uma solução de passar pelo espaço comum e o espaço comum não é dessa pessoa, é comum ao prédio e portanto, se é do interesse das várias pessoas que estão servidas por essa caixa de escada, em vez de andar na fachada, que não deve andar na fachada, digo-lhe desde já que a Câmara, quando tem conhecimento prévio, não autoriza que se coloquem os tubos na fachada exterior dos prédios, porque acaba por provocar uma situação de degradação visual e estética do edifício, deve entrar no edifício, passar para a área comum, subir pela caixa de escada e chegar às várias frações. Às vezes não dá grande jeito porque a cozinha não está encostada à zona das escadas e tem que andar depois por dentro da casa a levar a conduta, mas isso são questões técnicas, o que eu sugeria para ultrapassar o problema, era que tentassem uma nova abordagem por parte da empresa, tentando colocar a conduta no espaço comum do prédio.*



*Quanto à questão da senhora professora Augusta, presidente da direção da Associação Rio Neiva, que mais é que eu posso dizer sobre isto, vamos agendar a reunião. A posição da Câmara está devidamente esclarecida em relação a essa matéria. E já agora em relação ao terreno, o terreno foi comprado há muito pouco tempo, por pressão do anterior Presidente de Junta, do Lindinho, que é assim, que todos o conhecemos e não foi muito na ótica de que seria para construir lá o edifício. Não foi, não foi.*

*Foi mais pela disponibilização de um espaço exterior para o vosso edifício.*

*Acreditem numa coisa, aquele edifício, tal qual está planeado e projetado, eu acho que vocês deviam repensar essa situação. Inclusive o Município está disponível para vos ajudar, mas pensem bem, vocês estão a localizar edifícios numa zona a 5, ou 10 metros do rio, numa zona de cheias, na foz do rio.*

*Se eu fizesse isso aqui, na foz do Cávado imagine, na zona do Parque da Cidade, que tem uma extensão de centenas de metros, não estou a exagerar, tem mais de cem metros seguramente da nacional até ao rio, o que é que diriam de mim?*

*O que é que diriam do Presidente de Câmara se eu autorizasse uma construção que fosse ali.*

*Eu pedia-vos, até por uma questão de dignidade da própria instituição, atenção que isto não é uma crítica, eu estou disponível para colaborar convosco, enfim, eu compreendo que haja alguns ânimos mais exaltados, é próprio também da juventude eu percebo isso, mas nós estamos aqui para decidir bem. Para decidir em favor da própria instituição, da freguesia, do interesse da defesa do ambiente.*

*Trazer uma coisa dessas ou há coragem, ou não há coragem.*

*Eu acho que não é uma boa solução, eu acho e se tenho que o dizer à frente desta gente toda, digo, acho que não é uma boa solução.*

*Se nos podemos sentar para encontrar uma solução melhor, mas que não seja em cima do rio, peço-vos isso por favor, porque não há essa necessidade. Eu sei que neste momento, criou-se uma oportunidade para a instituição, que é ter quase um serviço de bar naquela zona junto ao rio, mas lembrem-se de uma coisa, até em termos de legalidade eu tenho muitas e sérias dúvidas sobre isto, porque são várias marginais ao rio, que normalmente são concessionadas pela APA, não podem ser de propriedade privada. Eu estou aqui a dizer coisas que são mais de carácter técnico, do que propriamente de opinião, mas se levarmos isto ao limite, vocês vão ver que é assim, da mesma maneira que há outras situações do género, muito difíceis de regularizar. Portanto, vamos tentar evoluir, ajudar a instituição a evoluir no sentido mais favorável e no sentido da legalidade.*

*Não me parece de todo, enfim, foi um exercício de arquitetura que se fez em relação aos vários módulos que estão lá soltos, mas lembrem-se, no dia em que houver uma grande cheia, o Neiva não tem barragens, não há controlo sobre os caudais, se um dia há uma grande cheia, aquilo pode ir tudo pelo rio abaixo, vocês têm consciência disso, eu penso que devem ter consciência disso.*

*Porque nunca aconteceu, pois não, mas um dia pode acontecer e ninguém quer isso, pois não. Houve um incêndio, agora não queremos que aconteça isso, e pode acontecer, lembrem-se que é verdade. Enquanto, no Cávado há várias barragens que fazem o controlo dos caudais e dificilmente há uma cheia agora em Esposende causada por isso, a não ser que chova três meses seguidos, para eles encherem as albufeiras e começarem a libertar água sem controlo, ali é uma zona perigosa e perguntem a quem de direito em termos de Proteção Civil.*

*É agradável? É, é super agradável, vocês têm umas instalações extraordinárias, com aquele passadiço agora à frente aquilo ficou ultra valorizado, mas, vamos tentar encontrar uma*

*solução que interesse a todos e que interesse à própria instituição, que eu não tenho nada contra a instituição, ao contrário do que alguns possam estar a pensar.*-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor e 3 votos contra do PS, para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

Pelo membro do Grupo Político do PS foi apresentada a seguinte declaração de voto: "*Votamos contra, porque ao contrário do referido na minuta, após a intervenção dos deputados municipais, onde diz: "Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos senhores deputados", tal não corresponde à verdade, na parte que diz respeito ao líder da bancada do PS, Tito Evangelista, porquanto sem ter feito qualquer pergunta e colocado qualquer questão ao senhor Presidente da Câmara, foi visado na resposta dele, a ponto de ser necessário pedir a defesa da honra que foi concedido e teve uma intervenção nesse sentido.*"-----

O Presidente da Mesa dirigiu-se ao Senhor deputado Municipal Tito Evangelista, nos seguintes termos:

*"Nos termos regimentais é sempre um direito de todos votarem contra e fazerem as afirmações que entenderem fazer. Dizer que, não está a ser cumprido o Regimento e que, numa Assembleia Municipal, no Período de Antes da Ordem do Dia, em que se suscitam as questões de análise política, que é nesse período que se fazem essas intervenções, além do mais, a própria Lei 75/2013 diz que este período é para as intervenções políticas, em que, os senhores deputados municipais fazem e tecem as considerações que entendem no âmbito da liberdade política, e não concordar que o senhor Presidente da Câmara possa fazer intervenções políticas, considerações, apreciações e responder, é quartar o direito de liberdade de expressão política. E, esta Mesa entende que, no âmbito do Regimento e da Lei, o senhor Presidente da Câmara tem o direito de responder e de fazer as considerações políticas, como qualquer outro elemento da Assembleia. De outra forma, não haveria o Período de Antes da Ordem do Dia e passávamos só à votação, e fazíamos as votações só sobre as matérias que estão em discussão.*

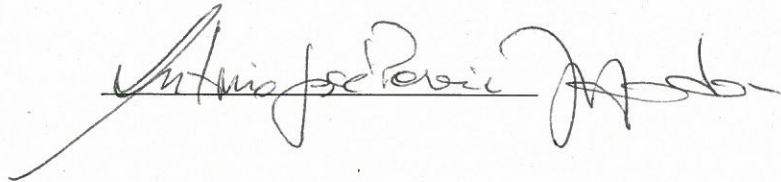
*Portanto, é a opinião do líder do PS nesta bancada, é esta a interpretação também, do Presidente da Mesa que não chega só falarmos de liberdade, também temos que fazer cumprir, e a Lei serve para os dois lados, não é só para um dos lados, e portanto está também feita esta referência.*

---Sendo 01 hora e 10 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

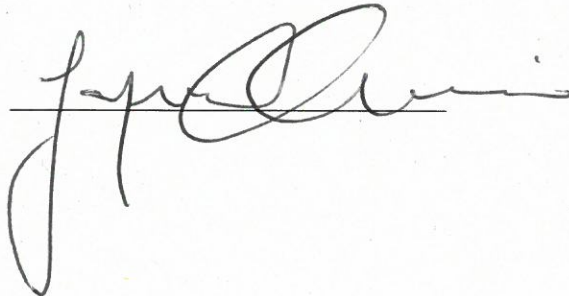
O Presidente da Assembleia,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Y.', written over a horizontal line.

O Primeiro Secretário,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Antônio Pereira', written over a horizontal line.

A Segunda Secretária,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. A. L.', written over a horizontal line.